EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO – N. 055/2026/PMPL

PROCESSO N. 221/2026

1. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. **O MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA**, por intermédio de sua Agente de Contratação/Pregoeiro, designada pelo Decreto n. 146/2026, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO**, conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021; Lei Complementar Federal nº 123/06, Decreto Municipal nº 012/2024 e demais regulamentos vinculados à licitação.

1.2. **Secretaria solicitante:** Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;

1.3. **O PREGÃO ELETRÔNICO** será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases. **Os trabalhos serão conduzidos pela Agente de Contratação/Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página eletrônica da LICITANET –** www.licitanet.com.br.

1.4. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br e www.ponteselacerda.mt.gov.br.

1.5. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	18 de novembro de 2026 às 08h
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	02 de dezembro de 2026 às 14h30

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br
***Horário de Brasília – DF**

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET E DECORAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO IX ENCONTRO DA MULHER RURAL,** serviços estes necessários para atendimento a Administração Pública do Município de Pontes e Lacerda-MT, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

2.2. Os itens objetos deste edital deverão atender as exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, ANVISA, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

2.3. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I- preparatória;
II- de divulgação do edital de licitação;
III- de apresentação de propostas e lances;
IV- de julgamento;
V- de habilitação;
VI- recursal;
VII- de homologação.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da contratação da presente licitação correrão a cargo do Contratante, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o art. 95, da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão quaisquer empresas interessadas que atendam todas as exigências deste Edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta Licitação, e desde que prévia e devidamente credenciada no sistema eletrônico "Licitações", site: www.licitanet.com.br da LICITANET.
4.1.1. Para verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, servirão para análise o código CNAE ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam compatíveis ao objeto do certame.
4.2. Estarão habilitadas a participar desta licitação as empresas que apresentarem a documentação comprobatória da sua habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal/trabalhista e capacidade técnica, nos moldes definidos neste Edital.
4.3. Não poderão concorrer nesta licitação:
4.3.1. Aquele que não atenda as condições deste Edital e seus anexos.
4.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
4.3.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
4.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
4.3.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta por este ente Municipal e em verificação por meio dos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) – Controladoria Geral da União e Cadastro de Inidôneos do TCU.
4.3.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluindo nesta vedação a subcontratação de pessoas com este vínculo.
4.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
4.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
4.3.8. Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, recuperação judicial/extrajudicial-RJ/RE, exceto nos casos previstos neste edital.
4.3.9. Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
4.3.9.1. A admissão de consórcio é discricionária da Administração Pública, tal como preconizada na Lei nº 14.133/2021 – art. 15. A decisão do item acima é resultado de um processo de avaliação de mercado em face do objeto licitado, além da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados na execução do objeto. Desta feita, não se tratando de um objeto de alta complexidade e relevante vulto, pode-se afirmar que a ausência da participação de consórcios não trará prejuízos à competitividade, visto que a finalidade desta vedação é exatamente afastar tal restrição aos competidores. Por fim, tal determinação se diz acertada para o melhor interesse público prestigiando os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.
4.3.10. Estrangeiras que não atuem no País;
4.3.11. Agente Público do órgão ou entidade licitante, estendendo-se a terceiro que auxilie na condução da contratação na qualidade de integrante da equipe de apoio, comissão de contratação, profissional especializado ou funcionário ou representante da empresa que preste assessoria técnica.

4.3.12. Impedidas conforme previsão na lei de licitações nº 14.133/2021.
4.4. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:
I- A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
II- A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
III- Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
IV- O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.
4.5. A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
4.6. Será concedido tratamento favorecido para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos termos da LC Federal nº 123/2006 nas condições mencionadas neste Edital.
4.7. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, salvo impossibilidade devidamente justificada.

5. **DOS DOCUMENTOS COM ASSINATURA ELETRÔNICA**

5.1. Considerando a atualização digital e as normativas vinculativas quanto as assinaturas eletrônicas, a saber Lei nº 14.063/20, Decreto nº 10.543/20 e artigo 12 §2º da Lei nº 14.133/2021, será permitido neste processo licitatório documentos cuja identificação e assinatura digital realizada por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e mediante Plataforma gov.br.

6. **DO CREDENCIAMENTO**

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto à LICITANET, por meio do Telefone (34) 3014-6633, (34) 2512-6500 e/ou pelo site da LICITANET https://www.licitanet.com.br.
6.2. É de responsabilidade exclusiva do licitante realizar seu cadastro junto a plataforma, bem como mantê-lo atualizados, inclusive quanto ao pagamento junto a plataforma, sendo que qualquer dúvida sobre o sistema deverá ser obtida junto a Central de Atendimento da LICITANET nos telefones e site acima mencionada.
6.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Pontes e Lacerda ou LICITANET, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
6.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica para o licitante:
6.4.1. Presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes aos processos na forma eletrônica.
6.4.2. Obrigar-se pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances, propostas e documentos vinculados.
6.4.3. Dever de acompanhar as operações no sistema eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrentes da perda de negócios por inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.
6.5. A ME e EPP que queiram receber os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, deverão declarar sua condição no sistema e emitir declaração nos termos do art. 4º §2º da Lei nº 14.133/2021.
6.6. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da LC nº 123/06, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.
6.7. A simples apresentação da proposta por parte do licitante corresponde à sua indicação de que inexistem fatos que impedem de participar da presente licitação, eximindo assim o Pregoeiro do disposto no art. 337-M do Código Penal Brasileiro.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O envio da proposta eletrônica será feito exclusivamente através do site www.licitanet.com.br até o dia e horário previstos neste Edital, devendo a licitante confirmar em campo próprio do sistema que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital, manifestando pleno conhecimento e aceitação das regras do certame.
7.1.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
7.1.2. Antes do envio das propostas, recomendamos a leitura pelos licitantes de outros Estados da Federação, do Regulamento do ICMS de Mato Grosso, disponível no site: www.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/regulamentoicms.nsf.
7.2. A licitante, ao inserir sua proposta, informará nos campos próprios do sistema eletrônico ("Condições do Proponente" e em "Informações Adicionais"), o seguinte:
A) **ESPECIFICAÇÃO** dos itens ofertados, incluindo marca, conforme **Anexo I**.
B) **PREÇO UNITÁRIO E TOTAL** expressos em reais, incluindo todos os custos necessários à execução do objeto, tais como impostos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo (direto ou indireto) na aquisição ou contratação.
7.2.1. As propostas poderão ser inseridas, substituídas ou excluídas até a data e hora marcadas para a abertura.
7.2.2. **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA será de 60 (sessenta) dias contados da proposta final**, ficando o licitante liberado do compromisso decorrido esse prazo sem a respectiva convocação pelo Contratante/Gerenciador para firmar o contrato/ARP.
7.3. Após a abertura das propostas não caberá desistência das mesmas e os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade das licitantes, não lhes assistindo direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo por motivo justo e comprovado decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
7.4. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital para formulação de sua proposta, bem como efetuar sua proposta nos quantitativos totais informados no anexo I obrigando-se neste limite.
7.5. Não será aceito proposta de preços diferentes do mesmo licitante, visto que serão fornecidos na mesma forma e no Município de Pontes e Lacerda/MT. Não será admitida proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.
7.6. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.
7.7. Caso seja informado prazo em desacordo com o mínimo estipulado, e esteja assinada por quem não é de direito sem poderes para tanto, poderá a empresa ser desclassificada, caso não seja regularizado tal documentação mediante autorização fundamentada da Pregoeiro.
7.8. O Pregoeiro poderá solicitar das licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento das propostas, bem como a respeito da exequibilidade, as quais deverão ser enviadas no prazo estipulado no sistema, através da plataforma, sob pena de desclassificação das propostas.
7.8.1. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes via sistema eletrônico.
7.9. Será obrigatório que o licitante emita, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas **(Anexo II).**

8. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES**

8.1. A abertura da sessão, dar-se-á por meio do sistema eletrônico da plataforma LICITANET, na data, horário e local indicado neste Edital, devendo os licitantes acompanhar o andamento pela plataforma.

8.2. Após a classificação das propostas, realizada pela plataforma, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
8.3. Na fase de lances serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do presente edital.
8.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis (se for produção própria colocar na marca o nome da empresa).
8.5. O modo de disputa será aberto.
8.6. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma decrescente.
8.7. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo sempre aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
8.8. O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que inferior ao seu último lance e diferente de qualquer lance válido, observado o intervalo mínimo do item 8.2.
8.9. As propostas cujo valor final, após a fase de lances, for superior ao valor total (item/lote) balizado serão desclassificadas.
8.10. Durante a sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sem identificação do autor dos lances.
8.11. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
8.11.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
8.11.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 8.11 e 8.11.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.
8.11.3. Encerrada a sessão pública e definido a melhor proposta, verificando que a segunda melhor proposta está em até 5% (cinco por cento) da melhor proposta classificada, poderá o Pregoeiro mediante decisão justificada, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de melhor preço definindo as demais colocações.
8.12. Se algum licitante der lance que esteja nitidamente em desacordo com a disputa, poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro através do sistema, ou também poderá ocorrer a retirada do lance em outras fases do processo mediante solicitação expressa e justificada do proprietário ou responsável legal.
8.13. Será assegurado, ao final da fase de lance de cada item, conforme LC 123/06 - art. 44, como critério de desempate, preferência de contratação para as ME e EPP, entendendo-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas por estas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
8.13.1. Caso haja empate ficto, o próprio sistema informará a situação na tela e o procedimento se dará da seguinte forma:
8.13.1.1. As ME ou EPP classificadas conforme esse item poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada mais bem classificada, no prazo de até 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, situação em que se ofertado menor preço será vencedora para o referido item, passando a análise dos documentos de habilitação.
8.13.1.2. Na hipótese da não-contratação nos termos da LC 123/06, o objeto será classificado em favor da proposta que melhor ofertou o preço.
8.14. Havendo empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
I- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II- Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei de Licitações;
III- Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho; (Decreto Federal nº 11.430/2023)
IV- Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
V- Se não houver desempate, será assegurado preferência, sucessivamente aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
b) empresas brasileiras;
c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
8.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá negociar pelo sistema eletrônico com o licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.
8.15.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
8.16. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
8.17. Não havendo novos lances e encerrada a negociação, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
8.18. O Pregoeiro solicitará no sistema que a licitante vencedora assine, no prazo de um dia útil, a proposta final com o último lance ofertado ou negociado, contando a partir da assinatura o prazo de validade da proposta do item 7.2.2.
8.19. No caso de desconexão do Pregoeiro, durante a etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
8.19.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a uma hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
8.20. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeiro e licitantes, de conhecimento de todos.
8.21. Após a fase de lances e ordenado a classificação, passará para a análise dos documentos de habilitação.
9. **DA HABILITAÇÃO**
a) Será considerada habilitada a proponente que apresentar todos os documentos relacionados nos subitens abaixo no site/aplicativo **LICITANET,** bem como **vincular** os referidos documentos no Pregão, desde que atendidos os requisitos especificados nas observações deste item.
b) Para fins de habilitação, será aberto prazo a ser estipulado no sistema de no mínimo 02 (duas) horas após lances e julgamento das propostas, para os licitantes classificados com o melhor preço anexar os documentos de habilitação, cabendo ao licitante o acompanhamento em tempo real da sessão.
c) A validade dos documentos levada em consideração será o dia em que encerrar o prazo para apresentação dos documentos de habilitação.
d) A não apresentação dos documentos de habilitação ou apresentação incompleta inabilitará o licitante. Logo, será reaberto prazo conforme cláusula "b" para o licitante classificado em segundo lugar e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de licitante que atenda ao edital.
e) Somente serão aceitos os documentos de habilitação inseridos na plataforma.
f) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
g) Na análise dos documentos de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.1. **DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.1.1. **Documento de Identidade dos sócios da empresa;**

a) serão considerados documentos de identidade: (I) as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; (II) Cédulas de identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, declaradas válidas por Lei Federal, tais como: a CREA, do CRC, etc.; (III) a Carteira de Trabalho e Previdência Social; e (IV) a Carteira Nacional de Habilitação com foto, na forma da Lei nº 9.503/97.

9.1.2. **Documento de identidade do representante da empresa, junto da Procuração Pública ou Particular, caso a empresa seja representada por terceiro;**

9.1.3. **Documentação jurídica, conforme o caso:**

a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;

b) **Ato Constitutivo, Estatuto e Contrato Social em vigor**, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) **Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício;

d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) **Certificado da condição de Microempreendedor Individual (CCMEI),** com efeito de **DISPENSA DE ALVARÁ E LICENCIAMENTO**. Em caso do CCMEI estiver com efeito de **PROVISÓRIO** a empresa será inabilitada.

9.1.3.1. Os documentos retro mencionados devem ser encaminhados com suas respectivas alterações ou a última consolidação, conforme arquivamento na Junta Comercial. Verificar na certidão simplificada, a não observação ensejará inabilitação da licitante.

9.1.4. **Resultado das consultas** ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) do Portal da Transparência, Portal do Conselho Nacional de Justiça – (CNJ) e Tribunal de Contas da União disponível em: https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br.

9.1.4.1. **Essa certidão deverá ser apresentada no CNPJ da licitante participante e todas as demais filiais, bem como a matriz, para análise de possível penalização e seu alcance.**

9.1.4.2. A ausência dos documentos descritos no item "9.1.4." e "a" poderá inabilitar o licitante. A referida consulta, poderá ser feita pelo Pregoeiro na sessão. Não apresentado pela empresa ou, não sendo possível a referida consulta na sessão por instabilidade do site ou internet e se realizada a consulta estando a empresa com alguma restrição com alcance Municipal, será a empresa inabilitada.

9.1.5. **Certidão Simplificada** expedida pela **Junta Comercial**, emitida em até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data prevista para apresentação do referido documento ou a inscrição atualizada no Registro Público de Empresas Mercantis e, no caso do MEI o Certificado da condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);

9.1.5.1. A ausência da certidão simplificada decorrerá a inabilitação da licitante, tendo em vista que o mesmo é utilizado para fins e análise da comprovação do enquadramento de ME e EPP e verificação dos últimos arquivamentos dos contratos sociais.

9.1.5.2. A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão da Junta Comercial.

9.1.6. **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** de acordo com modelo estabelecido no **Anexo II.** Ressalta-se que deve ser realizada a declaração na íntegra do referido anexo tendo em vista ter sido realizada nos moldes deste edital e da Lei nº 14.133/2021, sob pena de inabilitação. Podendo ser emitida na sessão, sob pena de inabilitação.

9.1.7. **Declaração de atendimento ao gozo dos benefícios para ME/EPP nos termos do art. 4. §2º da Lei nº. 14.133/2021 – Anexo IV.**

9.1.8. **Cadastro Departamento de Licitação** devidamente preenchido – **Anexo VIII.**
9.1.9. As **Cooperativas** deverão apresentar conforme Instrução Normativa nº 5, de 26 de Maio de 2017:
9.1.9.1. Modelo de Gestão Operacional do serviço a ser executado de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 118 da Lei nº 14.133/2021, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.
9.1.9.2. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4°, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764, de 1971;
9.1.9.3. Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
9.1.9.4. Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
9.1.9.5. Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, conforme previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
9.1.9.6. Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
9.1.9.7. Comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971; e
9.1.9.8. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
I- Ata de fundação;
II- Estatuto social e alterações posteriores com a ata da assembleia que o aprovou;
III- Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, coma ata da assembleia que o aprovou;
IV-Editais de convocação das três últimas assembleias gerais/extraordinárias;
V- Documentos de eleição dos atuais administradores/representantes, acompanhados da documentação de identidade com foto;
VI- Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
9.2. **DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**
9.2.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**: (https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp);
9.2.2. **Prova de inscrição no cadastro Estadual ou Municipal ou Alvará**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com objeto contratual (no Alvará, caso a data de validade não esteja inserida no referido documento, a empresa licitante deverá anexar documento que comprove a sua validade);
9.2.2.1. O MEI está desobrigado de apresentar o documento acima visto que já apresentado no item 9.1.3, "e".
9.2.3. **Prova de Regularidade Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União** - Consolidada de acordo com Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;
9.2.4. **Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, incluindo a Dívida Ativa**, do domicílio ou sede da empresa licitante;
9.2.5. **Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal (Tributos da Dívida Ativa)** relativo ao domicílio ou sede da licitante;
9.2.6. **Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS** (Certificado de Regularidade de Situação — CRS). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;
9.2.7. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (NR) e Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.
9.2.8. **Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo II)**
9.2.9. **Declaração de pessoa jurídica constante do inciso XI do art. 4º da IN RFB Nº 1.234/2012, optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas**

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), para fins de não retenção do IR – imposto de renda nos pagamentos da Administração Pública. A não apresentação da declaração não inabilita o licitante vez que sua finalidade é tão somente de comprovação do enquadramento junto ao Simples Nacional para a retenção ou não quando do pagamento realizado pela contratação. **ANEXO VI –** quando for o caso.

9.2.10. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, sendo esta última considerada aquela com a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou deposito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

9.2.11. Caso as certidões sejam consolidadas, caberá à empresa licitante apresentar junto com a documentação de Habilitação a comprovação necessária, anexando Declaração do Órgão emitente ou a Legislação do domicílio tributário que trata do assunto.

9.2.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das ME e EPP – art. 43 da LC. 123/06, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.3.1. Permanecendo vicio na documentação, o Pregoeiro declarará a empresa inabilitada e procederá a abertura dos envelopes de documentação das demais empresas obedecendo à ordem de classificação.

9.2.3.2. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte poderão sanear defeitos constatados na habilitação apenas se apresentarem na sessão todos os documentos de habilitação, mesmo que contenham algum vício. A ausência de qualquer documento implicará na inabilitação do licitante.

9.3. **DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.3.3. **Certidão negativa de Falência**, emitida pelo Distribuidor da sede do licitante, constando ações movidas por e em desfavor da licitante (conforme o Tribunal).

9.3.3.1. **Poderão participar da presente licitação as empresas em recuperação judicial e/ou extrajudicial, desde que amparada em certidão/decisão emitida pela instância judicial competente, certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente além de estar dispensada de apresentação de certidões negativas para o item 10.2, exceto para a certidão Federal (art. 52, inciso II da Lei nº 11.101/05 – Acórdão 8271/2011 - Segunda Câmara do TCU, Decisão Singular nº 436/2021, Processo nº 75680/2019 TCE/MT).**

9.3.4. **Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis nos prazos da Receita Federal Brasileira e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP - DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

9.3.4.1. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, a apresentação do balanço patrimonial limitar-se-ão ao último exercício social.

9.3.4.2. Os exercícios sociais que serão aceitos para o presente processo são: 2024 e 2025.

9.3.4.3. Deverá ser enviado Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício-DRE, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou publicado em outro órgão, diário, jornal equivalente.

I. Para as empresas que enviarem por SPED – ECD, deverá apresentar anexo ao Balanço e DRE o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital que comprova a assinatura do contador e representante da empresa.

II. Para empresas que enviarem o Balanço e DRE autenticado na Junta Comercial deverá apresentar anexo o Termo de Autenticação – Livro Digital que comprova a assinatura do contador e representante da empresa.

9.3.4.4. Para o presente processo será aceito Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício-DRE enviados através de SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) - ECD (Escrituração Contábil Digital), **considerando o mesmo prazo dos exercícios sociais descrito no item 9.3.4.2. de apresentação, sob pena de inabilitação.**

9.3.4.5. A Sociedade criada no exercício em curso deverá apresentar o Balanço de Abertura e Declaração do contador da empresa (com firma reconhecida/assinatura digital-vide item 5), informando a previsão do faturamento anual.

9.3.4.6. **O BALANÇO PATRIMONIAL, AS DEMONSTRAÇÕES E O BALANÇO DE ABERTURA DEVERÃO ESTAR ASSINADOS PELOS ADMINISTRADORES DAS EMPRESAS CONSTANTE DO ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E POR CONTADOR LEGALMENTE HABILITADO.**

9.3.5. **A comprovação da boa situação financeira da empresa** será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultado igual ou maior que 1,0 (um). A não comprovação de boa situação financeira em todos os balanços patrimoniais apresentados enseja inabilitação da licitante.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.3.5.1. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices LG, SG e LC, deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a **10% (dez) por cento** do valor estimado para sua contratação, a não comprovação inabilitará a licitante.

9.3.5.2. Junto com o balanço patrimonial, nos termos do art. 69 §1º da Lei nº 14.133/2021, deverá a empresa apresentar o demonstrativo de cálculo dos índices acima, dos balanços patrimoniais apresentados, devidamente assinados pelo profissional contábil responsável pela empresa. Podendo em sede de diligência ser realizado pela Administração para auferir saúde financeira da empresa, em caso de não aptidão, será a empresa inabilitada.

9.3.5.3. Os indicadores de liquidez servem para averiguar a capacidade monetária da empresa, em cumprir com suas obrigações, compreendendo desta forma, uma importante ferramenta a fim de se observar a saúde financeira de uma empresa. Assim, a exigência dos respectivos índices visa comprovar a saúde financeira do licitante para assumir os compromissos advindos da contratação deste procedimento, evitando dissabores ao logo da contratação. Portanto, perfeitamente justificado e razoável a utilização dos índices.

9.4. **DA HABILITAÇÃO RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.4.3. **Certidão(ões) ou Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s)** por pessoa jurídica de direito Público ou Privado (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, obrigatoriamente deverá ter RECONHECIMENTO DE FIRMA/ASSINADO DIGITAL), que comprovem a entrega do objeto/serviço similar, pertinente ou compatíveis ao objeto desta Licitação. Na descrição deverão conter informações que permitem o entendimento dos trabalhos realizados, bem como aferir a semelhança, pertinência ou compatibilidade com o objeto licitado.

9.4.3.1. Os atestados deverão conter:

9.4.3.1.1. Ser emitido(s) em papel timbrado ou que identifique a pessoa jurídica declarante, contendo CNPJ e endereço atualizado;

9.4.3.1.2. Nome completo, telefone, cargo e assinatura do responsável pela emissão;

14.4.1.2. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto a pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios da execução/fornecimento do serviço e autenticidade do emissor.

14.4.1.3. Não será(ão) aceito(s) atestado(s) emitido(s) pelo licitante em seu próprio nome, nem os que se refiram a períodos de testes, demonstrações ou utilização não comercial, e nenhum outro que não tenha se originado de contratação.
14.4.1.4. Para análise complementar de qualificação técnica poderá ser observado o ramo de atividade da empresa em comparativo com o objeto desta licitação. Para essa análise servirão o código CNAE ou as atividades descritas no Contrato Social, devendo ser condizente ao objeto do certame sob pena de inabilitação.
9.4.3.2. A presente declaração servirá para fins de atendimento das condições de capacidade operacional da licitante, conforme equipamentos necessários para cessão em comodato e profissionais da assistência técnica, nos termos do artigo 67, III e §6º da Lei n 14.133/2021.
9.4.3.3. O não atendimento dos requisitos conforme edital e termo de referência, ensejará a inabilitação da licitante.
9.5. **DAS OBSERVAÇÕES GERAIS QUANTO AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
9.5.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com número do CNPJ e com o endereço respectivo:
9.5.1.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
9.5.1.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, ou conforme termos deste Edital.
9.5.2. Se o Pregoeiro entender necessário, poderá solicitar que as empresas classificadas e vencedoras na fase de lances enviem cópias autenticadas ou os originais dos documentos relativos à habilitação (fisicamente).
9.5.2.1. Em caso de solicitação, os documentos deverão ser enviados para o seguinte endereço: Avenida Marechal Rondon, nº. 522, bairro Centro, Paço Municipal, Centro, Pontes e Lacerda - MT, CEP: 78.250-000, aos cuidados do Departamento de Licitações.
9.5.2.2. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, desde que devidamente justificado a sua realização.
9.5.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
9.5.4. Não serão aceitos documentos ilegíveis ou cujas datas estejam rasuradas.
9.5.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento do processo licitatório, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio aos licitantes e a ocorrência será registrada em ata.
9.5.6. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.
9.5.7. Caso sejam apresentadas certidões sem a indicação expressa do prazo de validade, estas não serão aceitas se a data de sua expedição for anterior a 30 (trinta) dias da data da abertura do presente certame, exceto aquelas com prazo já determinado nos itens específicos deste edital.
9.5.8. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada.
9.5.9. Se a documentação de habilitação estiver incompleta e/ou incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.
10. **DO JULGAMENTO**
10.1. No julgamento das propostas, considerar-se-á vencedora aquela licitante que, obedecendo a todas as condições deste Edital, apresentar o "**MENOR PREÇO POR LOTE"**.
10.2. Verificada a possível inexequibilidade da proposta o Pregoeiro poderá realizar diligência para aferir a exequibilidade ou exigir que o licitante comprove documentalmente a exequibilidade de sua proposta (Acórdão nº 1.100/2008-Plenário), concedendo prazo se for o caso, se não comprovado a exequibilidade será o licitante desclassificado do certame de forma fundamentada e passará ao exame da proposta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda todas as condições do Edital.

10.3. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
10.4. Se a proposta de menor preço for inexequível/excessiva, o Pregoeiro a desclassificará de forma fundamentada e examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda todas as condições do Edital.
10.5. Serão desclassificadas propostas que:
I- Contiver quantitativo inferior ao total descrito no **Anexo I – Termo de Referência**;
II- Contiverem vícios insanáveis;
III- Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
IV- Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após fase de lances;
V- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
VI- Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
VII- Que não estiver descrito a marca dos itens.
10.5.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada em ata.
10.6. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e os valores apresentados pela proposta classificada em primeiro lugar, decidindo motivadamente a respeito.
10.7. Nesta fase o Pregoeiro poderá convocar, ao seu critério, servidor técnico do Município de Pontes e Lacerda para auxiliá-lo na avaliação e obtenção do resultado e posterior divulgação.
10.8. Sendo aceitável a proposta de menor preço POR LOTE, será analisado a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
10.9. Se a mesma licitante se sagrar vencedora do item relativo à cota reservada para ME/EPP, bem como do item de ampla participação, prevalecerá para ambos o menor preço ofertado dentre eles.
10.10. Haverá prioridade de aquisição dos serviços/produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
10.11. As cláusulas 11.9 e 11.10 reserva-se aos itens que tenham cota reservada, vide **Anexo I – Termo de Referência**.
10.12. Se o arrematante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a documentação da licitante classificada em segundo lugar e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de licitante que atenda ao edital.
10.13. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante vencedora, passando a fase recursal.
10.14. Poderá ser realizado a análise dos demais licitantes classificados em segundo lugar em diante, para fins de cadastro reserva.
10.15. No caso da sessão do Pregão, excepcionalmente, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes já apresentados ficarão sob a guarda do Pregoeiro até o retorno da sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.
10.16. Superado a fase recursal o processo administrativo será encaminhado à autoridade superior para:
I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame na plataforma da LICITANET, não sendo aceito por outro meio.

11.2. No ato de apresentação da impugnação, é obrigatória a apresentação de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada).
11.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
11.3.1. Se a impugnação e/ou a decisão do Pregoeiro depender de parecer técnico-jurídico científico-financeiro, será poderá ser prorrogado prazo desde que justificado.
11.4. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
11.5. Quem impedir perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena detenção de 06 (seis) meses a 03 (três) anos, e multa, nos termos do art. 337-I do Código Penal Brasileiro.

12. **DOS RECURSOS**

12.1. Dos atos praticados neste certame cabem:
I- Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
b) Julgamento das propostas;
c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
d) Anulação ou revogação da licitação;
e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
II- Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.
12.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do item 15.1, serão observadas as seguintes disposições:
I- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente quando da abertura do prazo na sessão, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.
II- A apreciação dar-se-á em fase única.
III- O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
IV- O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
V- O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início ao término do prazo de apresentação das razões de recurso, mediante comunicação em ata, intimação via diário oficial ou e-mail.
VI- Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
12.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
12.4. O Pregoeiro indeferirá recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não tem poderes, negando-lhes, desse modo, processamento, devendo tal decisão, com seu fundamento, ser consignada em ata.
12.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
12.6. A alegação de preço inexequível por parte das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada, sob pena de não conhecimento do recurso interposto.
12.7. Os recursos e contrarrazões deverão ser protocolados na plataforma da LICITANET, não sendo aceito por outro meio.
12.8. Na elaboração das decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.
12.9. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13. **DAS OBRIGAÇÕES**

13.1. As obrigações da Fornecedora e Contrante/Gerenciador estão descritas no **Termo de Referência – Anexo I**, parte integrante desse edital.

14. **PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA**

14.1. Prazo de execução ou entrega está descrito no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante desse edital.

15. **DA HOMOLOGAÇÃO E DO CONTRATO**

15.1. Homologado e Adjudicado o processo licitatório pela autoridade competente, o Município de Pontes e Lacerda convocará a licitante vencedora para assinar o CONTRATO, no prazo de até 03 (três) dias úteis, podendo ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Contratante, sob pena de decair do direito ao registro sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.2. O prazo contratual será de até 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Será facultado à Contratante, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 19.3 a Contratante, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I- Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II- Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Contratante caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

15.6. A regra do item 19.5. não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do item 19.4.

15.7. Será facultada à Contratante a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 19.3. e 19.6.

15.8. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.9. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

15.10. Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

15.11. Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

15.12. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Contratante deverá verificar a regularidade fiscal do Contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

15.13. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I- dispensa de licitação em razão de valor;

II- compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

15.14. Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei nº 14.133/2021.
15.15. A assinatura da Nota de Empenho ou Contrato não gera obrigação imediata de fornecimento dos objetos desta licitação, devendo ser precedida de ordem de fornecimento especificando objeto, quantidade e valor, de acordo com as cláusulas deste Edital.
15.16. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da fornecedora (contratada) com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do Contratante.
15.17. A Administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do Contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a Fornecedora terá direito de receber os itens efetivamente fornecidos e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei nº 14.133/2021, com as alterações dela decorrentes.
15.18. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas deste Edital e da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
15.19. Os Contratos poderão ser alterados, na forma dos artigos 124 e ss. e extintos nos termos do art. 137 e ss. todos da Lei nº 14.133/2021.
15.20. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
15.21. O Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
15.22. A Contratante terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato nos termos desse Edital, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.
15.22.1. Salvo disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a Contratante terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16. **DO REAJUSTE E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

16.1. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.
16.2. Os preços dos contratos/ARP para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:
I- à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
II- ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.
16.3. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
16.4. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta.
16.5. Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:
I- reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, observando os índices (IPC-A para SERVIÇOS e PRODUTOS; IGP-M para aluguéis; INCC para obras e construção civil) ou outro que venha a substituí-los, divulgado pelo órgão responsável.

II- repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

16.6. Decorrendo fatos imprevisíveis ou difícil previsão após o início da execução do contrato, poderá ocorrer o reequilíbrio contratual a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovado.

16.6.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

16.6.2. A alteração de preços seguirá o rito e condições dispostas no Decreto Municipal nº 012/2024.

16.7. É de responsabilidade exclusiva do solicitante, o fornecimento dos documentos comprobatórios para comprovação e solicitação da repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro.

16.8. Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do documento (termo aditivo) modificativo pelas partes.

16.9. O bloqueio no fornecimento por razão de solicitação de repactuação e reequilíbrio sujeitará a Fornecedora às sanções legais (contratuais) e editalícias.

16.10. O prazo para resposta ao pedido de repactuação e reequilíbrio de preços ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista.

17. **DA RESCISÃO DO CONTRATO**

17.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III- alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV- decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I- supressão, por parte da Contratante, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

II- suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III- repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV- atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

17.2.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 22.2. observarão as seguintes disposições:

I- não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
II- assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

17.3. Quando previsto a prestação de garantia, os emitentes das garantias deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais

17.4. A extinção do contrato poderá ser: I- determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Contratante; III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.5. A extinção determinada por ato unilateral da Contratante e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Contratante, o Contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
I- devolução da garantia;
II- pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
III- pagamento do custo da desmobilização.

17.7. A extinção determinada por ato unilateral da Contratante poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, as seguintes consequências:
I- assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
II- ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
III- execução da garantia contratual para:
a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
IV- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

17.7.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item 22.7. ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

17.7.2. Na hipótese do inciso II do item 22.7. o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Secretário Municipal competente, conforme o caso.

17.8. No caso de rescisão unilateral, por inadimplência da empresa contratada, à mesma caberá receber o valor dos serviços no limite do que fora executado.

17.9. No caso de rescisão bilateral, à empresa contratada caberá o valor dos serviços executados e a devolução dos valores caucionados.

17.10. Em qualquer das hipóteses subscritas o Município não reembolsará ou pagará a empresa contratada qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

18. **DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

18.1. Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.2. nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.
18.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório a ampla defesa.
18.4. Em caso de revogação, os licitantes terão direito à devolução da documentação e respectiva proposta, mediante requerimento ao Pregoeiro.
18.5. Na decisão da Autoridade Competente ao final da fase recursal, do item 11.16 deste Edital, deverá observar:
I- Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
II- O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
III- Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I- dar causa à inexecução parcial do contrato/ARP/termo;
II- dar causa à inexecução parcial do contrato/ARP/termo que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III- dar causa à inexecução total do contrato/ARP/termo;
IV- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI- não celebrar o contrato/ARP/termo ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII- presentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/ARP/termo;
IX- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ARP/termo;
X- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções:
I- advertência;
II- multa;
III- impedimento de licitar e contratar;
IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
I- a natureza e a gravidade da infração cometida;
II- as peculiaridades do caso concreto;
III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV- os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
19.4. A sanção prevista no inciso I do item 24.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 24.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
19.5. A sanção prevista no inciso II do item 24.2, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) calculada no valor do item ou total do contrato/ARP e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 24.1.
19.6. A sanção prevista no inciso III do item 24.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 24.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais

grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.7. A sanção prevista no inciso IV do item 24.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 24.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 24.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 24.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

I- A sanção estabelecida no inciso IV do item 24.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Secretário Municipal.

19.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 24.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

19.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.10. A aplicação das sanções previstas no item 24.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.11. Independentemente das sanções administrativas referidas, a Fornecedora está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao Município de Pontes e Lacerda.

19.12. Será instaurado procedimento administrativo disciplinar para apuração das infrações cometidas pelos licitantes, oportunizando o contraditório e ampla defesa bem como atendendo o devido processo legal nos termos da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação.

20. DO PAGAMENTO

20.1. Pelo fiel e perfeito fornecimento do objeto desta licitação, o Município de Pontes e Lacerda pagará o preço correspondente à quantia solicitada em Reais (R$), mediante a entrega da nota fiscal, que corresponderá ao valor dos produtos/serviços fornecidos.

20.2. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto desta licitação.

20.3. Os pagamentos serão efetuados no prazo estipulado no Termo de Referência – Anexo I.

20.3.1. A nota fiscal deverá conter no verso os atestados firmados pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento, comprovando a entrega do objeto solicitado, indicando, inclusive, no corpo da nota fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária pela Administração municipal, endereçada ao banco discriminado na nota fiscal.

20.4. Entregues os produtos, a licitante vencedora deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal os seguintes documentos:

20.4.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

20.4.2. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

20.4.3. Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais/previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

20.4.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Estadual e Municipal, inclusive dívida ativa, do domicílio sede da licitante vencedora.

20.5. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

20.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

20.7. De acordo com a normatização quanto a dedução do Imposto de Renda pelo Ente Municipal, caberá as empresas ao emitirem nota fiscal para recebimento informar o desconto do Imposto de Renda, para fins de dedução no pagamento, sem prejuízo, em caso de não previsão no documento de cobrança, da realização do desconto de ofício pelo Gerenciador/Contratante. O Gerenciador/Contratante efetuará os pagamentos

deduzindo o Imposto de Renda nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 136/2023, os quais contém orientações e alíquotas para cada fornecimento.

21. **DA FISCALIZAÇÃO**

21.1. O acompanhamento e a fiscalização serão realizados por agente(s) fiscalizador(es) designado(s) mediante Portaria, que terá(ão) poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita entrega dos produtos, inclusive podendo determinar a paralisação dos mesmos quando não estiver havendo atendimento às cláusulas contratuais, além das atribuições insculpidas no Decreto Municipal nº 012/2024.

21.2. O Contratante/Gerenciador deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos produtos/serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da entrega do produto à qualidade exigida.

21.3. A execução do contrato/ARP/termo deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

a) Os resultados alcançados em relação aos produtos solicitados, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissionais exigidas;

c) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do presente edital, do contrato e a satisfação do público usuário.

21.4. O fiscal/gestor do contrato/ARP/termo deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas estabelecidas, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 117 da Lei 14.133/2021.

21.5. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Fornecedora, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em cancelamento do contrato.

21.6. A Fiscalização terá direito de exigir a substituição de qualquer funcionário da Fornecedora, cuja produtividade não estiver sendo satisfatória. Também terá poderes para solicitar a substituição de funcionários que apresentarem comportamento desrespeitoso para com a população, estiverem drogados ou alcoolizados ou que estiverem solicitando propina.

21.7. A fiscalização citada nos itens anteriores não isenta a empresa vencedora das responsabilidades assumidas com a celebração do contrato.

21.8. O objeto será recebido provisoriamente e definitivamente nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 012/2024.

22. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, dando ciência a todos os termos e obrigações do presente edital com a participação no certame, assumindo ainda, todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, uma vez que o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o dia, hora e local que será noticiado, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no Município de Pontes e Lacerda.

22.5. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do processo, nos termos dos princípios do processo licitatório dispostos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

22.6. Os procedimentos serão registrados e constarão no processo que ficará arquivado no Departamento de Licitação, de acesso público.

22.7. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 012/2024, LC 123/06 e alterações posteriores e demais leis e regulamentos vinculativos.
22.8. A empresa Contratada ficará obrigada a manter a documentação de habilitação e qualificação exigidas neste edital durante todo o período de vigência do contrato.
22.9. A publicidade de todos os atos do presente contrato ocorrerá no Diário Oficial e site da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda.
22.10. As questões decorrentes da execução deste edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo foro da Comarca de Pontes e Lacerda – MT, com exclusão de qualquer outro.
22.11. São partes integrantes deste Edital:
Anexo I – Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar
Anexo II – Modelo de Declaração
Anexo III – Minuta de Credenciamento
Anexo IV – Modelo de Declaração ME e EPP
Anexo V – Modelo de declaração de capacidade financeira MEI
Anexo VI - Modelo de Declaração optante pelo Simples Nacional para IR – ME/EPP
Anexo VII – Minuta do Contrato Administrativo
Anexo VIII – Cadastro Departamento de Licitação

Pontes e Lacerda, 17 de novembro de 2026.

Alessandro Aparecido Gama
Agente de Contratação/Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº055/2026

Termo de Referência (TR) / Projeto Básico

Processo: 11/018/2026 — Contratação de Empresa especializada na Prestação de Serviços de Buffet e Decoração para a realização do "IX Encontro da Mulher Rural"
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda
Forma de contratação: Pregão Eletrônico | **Categoria do objeto:** Serviços

1. 1. Definição do Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet (café da manhã, lanche da tarde e almoço, com 600 refeições por modalidade) e de decoração do espaço (1 unidade), destinados à realização do "IX Encontro da Mulher Rural", promovido pela Administração Municipal de Pontes e Lacerda, em lote único, por preço global, mediante Pregão Eletrônico. O evento é de caráter pontual, com data de realização prevista para 19 de dezembro de 2026. Trata-se de serviço comum, de natureza não continuada, cuja execução se esgota com a realização do evento e com a desmontagem e retirada de equipamentos e resíduos ao seu término. Nota de divergência: o DFD classifica o serviço como continuado; a retificação do DFD ou a anexação formal da decisão de natureza não continuada permanece pendente como providência da unidade requisitante. O objeto é classificado na categoria "Serviços" e será processado nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial de seu art. 6º, XLI, e de seu art. 29.
A solução compreende quatro itens, todos de execução integral pelo contratado, com julgamento por lote único, composto pelos quatro itens: (1) fornecimento de café da manhã tipo buffet, com 600 refeições; (2) fornecimento de lanche da tarde tipo buffet, com 600 refeições; (3) fornecimento de almoço tipo buffet, com 600 refeições; e (4) decoração do espaço do evento, com quantidade única (1 unidade). As quantidades dos itens 1 a 4 (refeições por modalidade e unidade de decoração) são as atualmente constantes deste Termo e deverão ser recalculadas com base no número de participantes ofertados, mantendo-se as quantidades atuais até que esse número seja informado. O quantitativo de vagas ofertadas aos participantes é de 600 (seiscentas) vagas por modalidade de alimentação, independentemente da lotação máxima do local do evento, não havendo previsão de atendimento além desse limite.
Quanto ao parcelamento, o objeto constitui lote único, composto por quatro itens, a ser adjudicado a um único licitante, nos termos do art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021. A opção pelo lote único decorre da execução integrada do evento (fornecimento de refeições e decoração no mesmo espaço e no mesmo dia), da responsabilidade única pela execução e da preservação da economia de escala, sendo a justificativa técnica e econômica registrada no processo antes da publicação do edital, em razão do risco de fracasso parcial do certame identificado na matriz de riscos. Em relação ao prazo de vigência, por tratar-se de evento pontual, o contrato terá prazo de vigência de 30 (trinta) dias, contados da data prevista de assinatura do contrato. O termo final da vigência compreende a execução do objeto, o recebimento definitivo e o prazo de garantia, quando houver.

1.1 Quadro de Itens e Quantitativos

O quadro a seguir apresenta a relação completa dos itens do objeto, com as respectivas quantidades, unidades de medida e valores de referência. Os valores unitários de referência correspondem à **média** das propostas coletadas na pesquisa de preços formal, cuja situação é Concluída. O valor total estimado é o produto da quantidade pelo valor unitário.

Nº	Descrição do item	Quantidade	Unidade	Valor unitário de referência (R\$)	Valor total estimado (R\$)
1	Fornecimento de Café da Manhã - Tipo Buffet	600	unidade	43,8867	26.332,02
2	Fornecimento de Lanche da Tarde - Tipo Buffet	600	unidade	37,2200	22.332,00

Nº	Descrição do item	Quantidade	Unidade	Valor unitário de referência (R\$)	Valor total estimado (R\$)
3	Fornecimento de Almoço - Tipo Buffet	600	unidade	115,7767	69.466,02
4	Decoração Espaço do Evento	1	unidade	35.075,0000	35.075,00
TOTAL					**153.205,04**

Os valores acima totalizam R$ 153.205,04, conforme detalhado na Seção 10 deste Termo de Referência. **Memória da apuração (media):**

Item	Descrição	Cotação FOCUS (R$)	Cotação MESTRE CULINÁRIO (R$)	Cotação DECORATTA (R$)	Cotação FLAVIO FERNANDES DE BESSA (R$)	Média (R$)
1	Café da Manhã	60,00	35,00	36,66	–	43,8867
2	Lanche da Tarde	40,00	35,00	36,66	–	37,2200
3	Almoço	110,00	121,00	116,33	–	115,7767
4	Decoração	42.000,00	33.000,00	25.800,00	39.500,00	35.075,0000

2. 2. Fundamentação e Referência ao ETP

A presente contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, notadamente em seus arts. 6º, XXIII, 18 e 40, bem como nas normas correlatas aplicáveis às contratações de serviços pela Administração Pública, entre as quais a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que disciplina a pesquisa de preços. A fase preparatória seguiu a sequência prevista no art. 18 da Lei, com a formalização da demanda por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD), a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e a análise de riscos, documentos que embasam este Termo de Referência.
O Estudo Técnico Preliminar concluiu pela viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de buffet e decoração do "IX Encontro da Mulher Rural", mediante pregão eletrônico. Entre as alternativas analisadas, a execução direta pela Administração foi afastada em razão da ausência de estrutura de cozinha industrial e de decoração compatível com 1.800 refeições no período, além da ociosidade de bens e pessoal após um evento de execução delimitada. A contratação fracionada, com licitações separadas para alimentação e decoração, foi igualmente descartada por gerar custos de coordenação, riscos de incompatibilidade logística no mesmo espaço e responsabilização difusa. A solução de serviço completo por um único contratado foi considerada a mais adequada.

Ressalta-se que o ETP registrou, como critério de referência para a estimativa de valor, a média das propostas pesquisadas, com valor total de R$ 153.205,04, valor adotado uniformemente neste Termo de Referência (Seção 1.1) e no DFD, conforme detalhado na Seção 10. A nova declaração de disponibilidade orçamentária e financeira para esse valor está em emissão, com número e data a informar.

3. 3. Descrição Detalhada da Solução e Requisitos da Contratação

3.0 Justificativa Técnica e Econômica para a Adjudicação por Lote Único

a) Fundamentação legal. A adjudicação por lote único fundamenta-se no art. 40, § 2º, inciso I, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, que condicionam o parcelamento à viabilidade técnica e à vantajosidade econômica da divisão do objeto, e no art. 47, § 1º, da mesma Lei, aplicável às licitações de serviços. A regra geral da licitação por itens é mantida, mas a própria Lei admite o agrupamento quando a divisão compromete a execução do objeto. A opção também observa a Súmula TCU nº 247, que exige a adjudicação por item apenas quando o objeto for divisível e a divisão não causar prejuízo ao conjunto.
b) Natureza integrada do objeto e necessidade técnica. O IX Encontro da Mulher Rural é evento de grande porte, com público estimado de 600 participantes, que exige sincronia entre a infraestrutura física, a ambientação temática e a prestação dos serviços de buffet. O escopo de decoração abrange a montagem de pavilhões de recepção, ambientação rústica do palco, espaços fotográficos e letreiros oficiais, além de 79 mesas equipadas com toalhas grandes, vasinhos de margaridas e arranjos florais, que compõem diretamente o espaço onde as refeições serão servidas. Nesse contexto, a divisão dos serviços entre empresas distintas geraria riscos concretos de inviabilidade técnica:

1. **Conflito de cronograma e espaço físico:** a montagem das mesas, cadeiras, toalhas, portais rústicos e arranjos de buffet deve ocorrer de forma concomitante e alinhada à circulação da equipe de cozinha e de garçons responsável pelas refeições (café da manhã, almoço e lanche da tarde).
2. **Risco de incompatibilidade e indefinição de responsabilidades:** a separação contratual entre fornecedores de buffet e de decoração tende a provocar falhas de coordenação no dia do evento, como atrasos na liberação das mesas decoradas para o serviço de alimentação, disputas por espaço de montagem e divergências estéticas.
3. **Unidade de gestão e fiscalização:** a concentração da execução em lote único garante à Administração um único interlocutor e responsável técnico perante a fiscalização, evitando a transferência de responsabilidade entre contratados em caso de falhas operacionais.

c) Economicidade e vantajosidade para a Administração. Embora a Lei nº 14.133/2021 valorize a ampla participação de mercado por meio do parcelamento, o agrupamento dos serviços atende ao princípio da economicidade sob a ótica dos custos globais:

- **Economia de escala na logística:** a empresa vencedora do lote consolidará custos de transporte de equipe, fretes de materiais pesados (bancos rústicos, tapetes, estruturas de palco, louças, taças, mesas e cadeiras) e diárias de pessoal, o que tende a resultar em propostas globais mais competitivas do que a soma de contratos fragmentados.

- **Redução de custos de gestão contratual:** a Administração fiscaliza, liquida e efetua pagamentos a uma única contratada, reduzindo os custos transacionais do erário.

d) Conclusão. Restam demonstradas a inviabilidade técnica do fracionamento e a vantagem econômica e operacional da licitação em lote único, pois a unificação dos serviços de alimentação e decoração assegura a harmonia estética, o rigor nos prazos de execução e a boa execução do evento, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

3.1 Especificações dos Itens de Alimentação

A solução é composta por três itens de alimentação tipo buffet, cada um dimensionado para 600 pessoas sentadas por turno, e por um item de decoração do espaço. A descrição dos itens de alimentação 1 a 3 consta integralmente neste Termo de Referência, dispensando consulta a qualquer documento externo para sua compreensão e execução. O Anexo I do Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui referência complementar e não substitui o conteúdo descrito nesta seção. Registra-se que o arquivo PDF de cardápio referido no ETP não consta do processo administrativo até a presente data, razão pela qual a composição dos itens é apresentada exclusivamente neste Termo de Referência. Os três itens de alimentação seguem a mesma estrutura descritiva: (a) quantidade de pessoas atendidas; (b) composição de alimentos e bebidas; e (c) serviços incluídos.
Regra de equivalência: os cardápios descritos são a composição mínima a ser ofertada em cada item. Admite-se variação de marca dos produtos, desde que mantidas a categoria e a quantidade previstas para cada alimento ou bebida. Não se admite substituição que reduza categoria, quantidade ou o conjunto de itens descritos, nem a inclusão de itens não previstos neste Termo de Referência.
O **Item 1 – Fornecimento de Café da Manhã – Tipo Buffet**:

- **(a) Quantidade de pessoas:** 600 pessoas.
- **(b) Composição de alimentos e bebidas:** café, leite branco, leite com chocolate, água, suco de polpa em no mínimo dois sabores, salgados assados variados, salgados fritos variados, pão de queijo, lanches naturais, bolos de diversos sabores, refrigerantes e frutas (banana, maçã, melão e melancia).
- **(c) Serviços incluídos:** garçons, taças, copos descartáveis, pratos descartáveis, talheres, equipe de cozinha, guardanapos, palitos, fio dental e papel higiênico.

O **Item 2 – Fornecimento de Lanche da Tarde – Tipo Buffet**:

- **(a) Quantidade de pessoas:** 600 pessoas.
- **(b) Composição de alimentos e bebidas:** café, leite branco, leite com chocolate, água, suco de polpa em no mínimo dois sabores, salgados assados variados, salgados fritos variados, pão de queijo, lanches naturais, bolos de diversos sabores, refrigerantes e frutas (banana, maçã, melão e melancia).
- **(c) Serviços incluídos:** os mesmos serviços previstos no Item 1 (garçons, taças, copos descartáveis, pratos descartáveis, talheres, equipe de cozinha, guardanapos, palitos, fio dental e papel higiênico).

O **Item 3 – Fornecimento de Almoço – Tipo Buffet**:

- **(a) Quantidade de pessoas:** 600 pessoas.
- **(b) Composição de alimentos e bebidas:** arroz branco com alho frito; farofa de bananada da terra com bacon e torresmo; molho de alho; molho de tomate batido para churrasco; mandioca cozida temperada; feijão tropeiro; salada tropical; vinagrete para churrasco; churrasco contemplando maminha, contrafilé, fraldinha, alcatra, linguiça, asinha de frango e panceta de porco; bebidas Coca-Cola, Guaraná Antarctica, Fanta, Coca-Cola Zero, suco de polpa e água; e sobremesas, mousse de maracujá e sorvete em dois sabores.
- **(c) Serviços incluídos:** garçons, taças, pratos, talheres, equipe de cozinha, guardanapos, palitos, fio dental e papel higiênico.

3.2 Especificação do Item de Decoração

O **Item 4 – Decoração do Espaço do Evento** é serviço de decoração voltado ao meio rural, com temática rural, valorizando elementos que remetam ao campo e proporcionando ambientação acolhedora e adequada à identidade do encontro. A composição decorativa contempla: 5 mesas com 5 cadeiras para realização das inscrições, com tampos e forros de tecido, próximas ao hall de entrada; 79 mesas com tampos decorados com vasinhos de margaridas; 600 cadeiras e 79 toalhas grandes; 1 mesa para autoridades com arranjo; 4 mesas de buffet com arranjos; palco com fundo decorado; 3 espaços/cenários para fotos com tapetes; fundo decorado; banco rústico; arranjos de flores rústicos; letreiro "IX ENCONTRO DA MULHER RURAL DE PONTES E LACERDA"; tapete para entrada; e portal de entrada com decoração rústica.
Todos os elementos relacionados nesta composição integram o Item 4 e são fornecidos pela contratada, não se confundindo com os itens excluídos do objeto indicados na Seção 3.6. Mesas, cadeiras e toalhas do Item 4: Incluídas no Item 4, fornecidas pela contratada.
Relação de lugares por mesa: cada mesa terá 8 lugares. Nem todas as 79 mesas serão utilizadas para o buffet. A distribuição final entre as 600 cadeiras, as 79 mesas e as 4 mesas de buffet deverá ser conferida após o recálculo dos quantitativos previsto no step-02, em função do número de participantes ofertados, não sendo admitido ajuste de quantitativos antes dessa conferência.
A contratada deverá apresentar projeto decorativo para aprovação da unidade requisitante antes da montagem, contendo croqui ou representação visual do layout do espaço, a relação dos elementos e a disposição do mobiliário. Eventual substituição de elemento decorativo por equivalente deverá ser previamente aprovada pela fiscalização, sem prejuízo da estética e da quantidade contratada.

3.3 Requisitos Funcionais e de Desempenho

Os requisitos funcionais mínimos da contratação são: (i) fornecimento integral das 1.800 refeições (600 por modalidade, quantitativo a ser recalculado conforme o número de participantes ofertados, nos termos da Seção 1) no local e nos horários

definidos no cronograma do evento; (ii) disponibilização de cardápio compatível com a natureza do evento, observada a oferta de opções vegetarianas e o atendimento a restrições alimentares declaradas; (iii) montagem, operação e desmontagem do serviço de buffet, incluindo utensílios, mobiliário de apoio, equipe de atendimento e reposição contínua dos alimentos; e (iv) execução integral da decoração do espaço, conforme o projeto aprovado.

Quanto ao desempenho, a contratada deverá assegurar a reposição contínua dos alimentos durante todo o período de atendimento de cada modalidade, de modo que não haja interrupção perceptível do serviço, bem como o dimensionamento de estações de atendimento compatível com a lotação máxima de 1.000 pessoas do local. A equipe de atendimento deverá ser dimensionada de modo a evitar filas e aglomerações na distribuição, e a temperatura dos alimentos quentes e a conservação dos frios deverão ser mantidas durante todo o serviço. A quantidade de 600 refeições por modalidade corresponde a 600 participantes, em um dia de evento, e não será recalculada. A lotação máxima de 1.000 pessoas do local é dado de capacidade e não altera o quantitativo do objeto. Comprovante de capacidade do local (laudo de vistoria, alvará ou AVCB): não apresentado ao processo e pendente. A publicação do edital fica condicionada à juntada ao processo de laudo de vistoria técnica ou AVCB vigente que ateste a lotação compatível com o público de 600 pessoas por turno, nos termos da Seção 1.

Complementarmente, a contratada deverá (a) repor os bens com defeito, danificados ou considerados inadequados pela fiscalização no prazo máximo de 2 (duas) horas após a comunicação formal, conforme disposto na Seção 5, sem custo adicional para a Administração; e (b) manter a execução dos serviços de alimentação nos horários de cada modalidade definidos no cronograma do evento, com reposição contínua, conforme a Seção 4.

3.4 Requisitos de Qualidade, Higiene e Capacidade Técnica

A contratada deverá observar, na execução do serviço, os requisitos sanitários a seguir, organizados por natureza de obrigação:

a) **Legislação sanitária e boas práticas (obrigação sanitária geral):** observar a legislação sanitária aplicável à manipulação, ao transporte e à distribuição de alimentos, notadamente as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial a RDC nº 216/2004, e as boas práticas de fabricação para serviços de alimentação. Esta alínea descreve obrigação sanitária geral e não cria exigência técnica adicional de responsabilidade profissional.

b) **Dispensa de responsável técnico:** não será exigida a manutenção de responsável técnico habilitado em nutrição nem a apresentação de anotação de responsabilidade técnica (ART) para a execução do objeto.

Como comprovação de capacidade técnica, deverão ser exigidos atestados de fornecimento de refeições em quantidade compatível com a demanda, bem como atestados de execução de serviços de decoração de eventos de porte semelhante. A exigência deverá observar o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência do Tribunal de Contas quanto à vedação de exigências excessivas, de modo a não restringir indevidamente a competitividade do certame. Recomenda-se que os quantitativos exigidos nos atestados sejam fixados em percentual razoável da quantidade total contratada, sem exigir identidade de objeto.

3.5 Requisitos de Sustentabilidade e Acessibilidade

Em consonância com o art. 11, IV, e o art. 25, §1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como com as diretrizes de contratações sustentáveis, a contratada deverá adotar práticas de redução de desperdício alimentar, de separação e destinação adequada de resíduos sólidos conforme a Lei nº 12.305/2010, e dar preferência a materiais de decoração reutilizáveis ou recicláveis. Recomenda-se a utilização de louças e talheres reutilizáveis sempre que compatível com a estrutura do local, admitindo-se o uso de descartáveis apenas quando justificado pela natureza do serviço, o que deverá ser apresentado no plano operacional.

Quanto à acessibilidade, o espaço e os serviços deverão atender ao disposto no Decreto nº 5.296/2004 e na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com rotas acessíveis, áreas de atendimento adequadas e possibilidade de atendimento a participantes com deficiência ou mobilidade reduzida. Os requisitos de sustentabilidade e de acessibilidade integram as obrigações contratuais e são objeto de fiscalização na forma da Seção 5.

3.6 Escopo Excluído e Interdependências

Para evitar duplicidade de itens e de pagamentos, este Termo de Referência delimita expressamente o que não integra o objeto desta licitação, nos termos a seguir:

I – Itens excluídos do objeto (não fornecidos pela contratada no Item 4):

- mobiliário, energia elétrica e área de montagem, já providenciados em outros pregões já executados;
- locação do espaço, transporte de participantes e serviços de som e iluminação, que constituem contratações correlatas e autônomas.

II – Elementos do Item 4 incluídos no objeto (fornecidos pela contratada, conforme a Seção 3.2):

- mesas com cadeiras para as inscrições, com tampos e forros de tecido, próximas ao hall de entrada;
- mesas com tampos decorados com vasinhos de margaridas, em quantidade de 79 mesas;
- cadeiras, em quantidade de 600, e toalhas grandes, em quantidade de 79;

- mesa para autoridades com arranjo e 4 mesas de buffet com arranjos;
- palco com fundo decorado, fundo decorado adicional, 3 espaços/cenários para fotos com tapetes e banco rústico;
- arranjos de flores rústicos, letreiro "IX ENCONTRO DA MULHER RURAL DE PONTES E LACERDA", tapete para entrada e portal de entrada com decoração rústica.

Os elementos do item II são de fornecimento da contratada e não se confundem com o mobiliário, a energia elétrica e a área de montagem do item I, que não integram o objeto do Item 4. A contratada deverá, contudo, compatibilizar seu cronograma de montagem com a estrutura já disponibilizada no local, sem direito a cobrança adicional por itens excluídos, e verificar as condições de energia elétrica e de área de montagem na visita técnica prevista na Seção 4.
A unidade requisitante confirmou que não há sobreposição entre mesas, cadeiras e toalhas do Item 4 e itens já contratados em outros pregões.
Eventuais necessidades não previstas no quadro de itens deverão ser comunicadas formalmente à fiscalização antes da execução, para análise de aditamento nos limites do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

4. 4. Modelo de Execução do Objeto

A execução do objeto observará o cronograma do evento, cuja realização está prevista para 19 de dezembro de 2026, no local indicado no ETP. O evento terá início às 8h, devendo a entrega e a montagem integral da estrutura de buffet e da decoração estarem concluídas até 7h do dia 19/12/2026, isto é, uma hora antes do início das atividades. A desmontagem e a retirada de equipamentos, mobiliário e resíduos deverão ocorrer logo após o término do evento, previsto para as 17h. Essas janelas de tempo são determinantes para o dimensionamento da equipe e para a organização logística da contratada, devendo ser observadas sob pena de aplicação das sanções previstas na Seção 11. Os horários de início e término do evento são fixos, ao passo que os horários de atendimento de cada modalidade de refeição são os consolidados no parágrafo próprio desta Seção, que constitui o quadro único de horários referido nas Seções 6 e 8.
A execução compreende as seguintes etapas sucessivas, a serem cumpridas na ordem indicada e com as respectivas janelas de tempo:
(a) visita técnica ao local, a ser realizada pela contratada em data acordada com a fiscalização, para conferência de energia, água, pontos de acesso para carga e descarga e área de montagem;
(b) planejamento operacional em conjunto com a unidade requisitante, com a definição do cronograma de montagem e de atendimento, a apresentação dos cardápios e do projeto decorativo para aprovação;
(c) entrega e montagem da estrutura de buffet e da decoração deverão estar concluídas até 7h do dia 19/12/2026;
(d) prestação dos serviços de alimentação nos horários de cada modalidade, com reposição contínua, no período compreendido entre o início do evento (8h) e o término previsto (17h); e
(e) desmontagem, recolhimento de equipamentos e destinação de resíduos, logo após o término do evento (previsto para 17h).
A conclusão de cada etapa deverá ser registrada no relatório de execução, para verificação pela fiscalização no dia do evento.
O cronograma detalhado de cada modalidade de refeição deverá ser apresentado pela contratada e aprovado pela fiscalização até 05 (cinco) dias úteis antes da data do evento.
O local de execução é o indicado no ETP, Celebrai Eventos, Rua Gonçalo Nunes dos Santos, nº 930, Jardim Aliança, Pontes e Lacerda – MT, CEP 78250-000. As refeições deverão ser servidas no próprio espaço do evento, sem necessidade de deslocamento de participantes. A contratada deverá manter, durante todo o período de atendimento, equipe suficiente para o atendimento simultâneo de 600 pessoas por turno, com estações de servir, reposição de alimentos e controle de higiene, respeitado o fluxo de circulação do público. Não haverá entrega parcelada de bens, tratando-se de execução única, concentrada na data do evento.
Horários de atendimento das refeições (quadro único desta Seção, ao qual as Seções 6 e 8 remetem): o serviço deverá ser prestado com a seguinte sequência de atendimento: café da manhã às 7h30, no início da programação matinal; almoço às 11h, no período intermediário; e lanche da tarde às 15h30, ao final do turno vespertino, conforme confirmado pela unidade requisitante e a programação oficial que será comunicada à contratada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. Em caso de alteração de programação, a Administração comunicará a contratada formalmente, sem que isso implique alteração do preço contratado, salvo se houver modificação de quantitativos.
Na hipótese de substituição de bens com defeito, de equipamentos danificados ou de profissionais considerados inadequados pela fiscalização, a contratada deverá providenciar a reposição no prazo máximo de 2 (duas) horas após a comunicação formal, sem custo adicional para a Administração. Os profissionais que demonstrarem conduta incompatível com o serviço público ou com as normas de higiene e segurança deverão ser imediatamente afastados, em comunicação registrada no relatório de execução.

5. 5. Modelo de Gestão e Fiscalização do Contrato

A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável. A designação do gestor e dos fiscais deverá ser formalizada por ato da autoridade competente, com identificação nominal dos servidores, conforme segue: Gestor do Contrato, Bruno Samartino Gonçalves, Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, designado pela Portaria nº 034/2025.
Gestor do contrato. Caberá ao gestor do contrato a coordenação geral da execução, o acompanhamento do processo, a comunicação formal com a contratada e a adoção das providências administrativas necessárias à regularidade da contratação.
Designação dos fiscais. Fiscal técnico: Dimas Ronan Alberti. Fiscal administrativo: Dimas Ronan Alberti. A designação formal dos fiscais deverá ser efetivada por ato da autoridade competente, sem prejuízo das atribuições descritas a seguir.
Fiscal técnico. Verificará o cumprimento das especificações dos itens de alimentação e de decoração, incluindo quantidade de refeições servidas, composição do cardápio, temperatura e conservação dos alimentos, e conformidade da decoração com o projeto aprovado. Ao término da atividade, elaborará o relatório de execução do evento.
Fiscal administrativo. Acompanhará a documentação da contratada, a nota fiscal, a regularidade trabalhista e previdenciária dos profissionais envolvidos e a comprovação de recolhimento dos encargos incidentes.
Fiscal setorial. Quando a unidade requisitante designar fiscal setorial para o local do evento, este atuará como ponto de contato na data de execução, reportando ocorrências ao gestor do contrato.
Segregação de funções. Os servidores designados para gestão e fiscalização, incluindo o gestor, o fiscal técnico e o fiscal administrativo, não poderão ser os mesmos responsáveis pela autorização de pagamento. Em observância à segregação de funções, os fiscais não autorizam pagamento, cabendo a autorização a servidor distinto da fiscalização.
Como instrumentos de acompanhamento, deverão ser utilizados o relatório de execução do evento, elaborado pelo fiscal técnico ao término da atividade, o registro fotográfico do buffet e da decoração antes do início do atendimento, a lista de presença ou controle de quantitativos de refeições servidas e as ocorrências registradas em formulário próprio. Reuniões de alinhamento deverão ser realizadas com a contratada, preferencialmente em modalidade presencial, pelo menos uma vez antes do evento, para validação do cronograma, do cardápio e do projeto decorativo. As comunicações formais, notificações e eventuais glosas serão efetuadas por escrito, com registro no processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à contratada.

6. 6. Critérios de Medição e Pagamento

A medição dos serviços será realizada por evento, de forma única, considerando-se como unidade de medida a refeição efetivamente servida, no caso dos itens 1 a 3, e a unidade global, no caso do item 4 (1 unidade de decoração do espaço do evento), observados os horários de atendimento de cada modalidade definidos na Seção 4. A medição das refeições servidas será registrada por modalidade e horário de atendimento, de modo que o quantitativo de cada modalidade seja apurado separadamente. A base do pagamento são as refeições efetivamente servidas e os quantitativos executados e atestados pelo fiscal, observado o valor unitário constante do quadro de itens da Seção 1, vedado o pagamento por quantitativo não comprovado. Havendo divergência entre o quantitativo faturado e o quantitativo atestado, ou entre o quantitativo contratado e o efetivamente servido, será aplicada glosa proporcional à diferença apurada, sem prejuízo das sanções cabíveis previstas na Seção 11. Para o item 4 (decoração), o pagamento será único, após o aceite, com base no checklist de elementos conferidos, a seguir relacionado, que reproduz os elementos da composição decorativa indicada na Seção 3.2:
(i) mesas (tampos decorados e mesa para autoridades, conforme quantitativos da Seção 3.2); (ii) cadeiras; (iii) toalhas; (iv) arranjos (de mesas, de buffet e rústicos); (v) palco com fundo decorado; (vi) fundos decorados; (vii) cenários para fotos com tapetes; (viii) banco rústico; (ix) letreiro; (x) tapete de entrada; (xi) portal de entrada.
Cada elemento será conferido pela fiscalização no momento do aceite. A glosa incidirá de forma proporcional aos elementos não conferidos, isto é, sobre o valor do item 4 na proporção dos elementos do checklist que não forem constatados como executados e conformes ao projeto decorativo aprovado, sem prejuízo das sanções cabíveis previstas na Seção 11.
O faturamento deverá ser instruído com a nota fiscal ou documento equivalente, o relatório de execução atestado pelo fiscal, o registro de quantitativos de refeições servidas e os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos no edital. O recebimento definitivo será formalizado no prazo da alínea (c) da Seção 8, isto é, em até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão do evento e da desmontagem, e constitui o marco para a contagem do prazo de pagamento. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e a atestação da nota fiscal, observando-se o prazo previsto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação de pagamentos da Administração. Eventuais retenções tributárias, como ISS, INSS e IRRF, serão efetuadas na forma da legislação aplicável, conforme o regime tributário da contratada.
Quanto ao reajustamento, por tratar-se de execução única com prazo inferior a um ano, não haverá reajuste de preços, sendo os valores contratados fixos e irreajustáveis, nos termos do art. 25, §§ 3º e 7º, da Lei nº 14.133/2021. Caso a vigência seja prorrogada além do prazo de um ano, aplicar-se-á índice oficial de reajustamento a ser definido.

7. 7. Critérios de Seleção do Fornecedor

A contratação será processada por meio de Pregão Eletrônico, modalidade adequada ao objeto por tratar-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser definidos objetivamente pelo edital, nos termos do art. 6º, XLI, e do art. 29 da Lei nº 14.133/2021. O julgamento será realizado pelo critério de menor preço, com modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentam lances sucessivos, conforme o art. 56 da mesma Lei, sendo adjudicado ao licitante vencedor do lote

único, composto pelos quatro itens. O critério de menor preço é o mais adequado à natureza do objeto, uma vez que as especificações técnicas são padronizadas e não há elementos que justifiquem a avaliação de técnica e preço.
Quanto à habilitação, a exigência deverá limitar-se ao que for indispensável para a garantia do cumprimento das obrigações, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitida a comprovação de capacidade técnica por atestados de fornecimento de refeições e de execução de serviços de decoração de eventos de porte semelhante, conforme o item 3.4 deste Termo. Será aplicado o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, e o direito de preferência em caso de empate ficto, não havendo cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, em razão da adjudicação por lote único.
Por fim, a proposta deverá conter preço unitário e total por item, em moeda corrente nacional, com a especificação completa dos serviços ofertados, observado o disposto nesta Seção e na Seção 1. Propostas com preço manifestamente inexequível ou superior ao valor estimado serão tratadas nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, facultada à Administração a diligência para comprovação de exequibilidade.

8. 8. Recebimento Provisório e Definitivo do Objeto

(a) Recebimento provisório: será realizado no dia do evento, pelo fiscal técnico ou pelo fiscal setorial, mediante verificação preliminar da conformidade da montagem da decoração, da estrutura de buffet e da quantidade de refeições disponibilizadas em relação ao contratado. A verificação de quantitativos de cada modalidade considerará os horários de atendimento definidos na Seção 4. Após a conferência, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, registrando eventuais ocorrências, as quais deverão ser sanadas pela contratada antes do início do atendimento, quando possível. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto.
(b) Verificação: após a conclusão do evento e da desmontagem, a fiscalização conferirá a quantidade de refeições efetivamente servidas, com base no registro de quantitativos, a qualidade dos serviços, a adequação aos cardápios e ao projeto decorativo aprovados e o cumprimento das obrigações acessórias, como a retirada integral de equipamentos e a destinação de resíduos. No caso do item 4, a conferência será realizada por meio do checklist de elementos da Seção 6 (mesas, cadeiras, toalhas, arranjos, palco, fundos, cenários para fotos, banco rústico, letreiro, tapete e portal), registrando-se, para cada elemento, se foi conferido ou não conferido. Divergências entre o quantitativo contratado ou faturado e o quantitativo apurado nessa verificação ensejarão glosa proporcional, nos termos da Seção 6, sem prejuízo das sanções previstas na Seção 11.
(c) Recebimento definitivo: será formalizado em até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão do evento e da desmontagem previstas na Seção 4, desde que a verificação de que trata a alínea (b) seja concluída sem pendências. Verificada a conformidade, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, que autorizará a liberação do pagamento. Caso o objeto seja recusado, a contratada será notificada para substituição ou correção no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
Constituem motivos de rejeição, entre outros, a entrega de quantidade inferior à contratada, o fornecimento de alimentos fora dos padrões sanitários, o atraso injustificado no início do atendimento, conforme os horários da Seção 4, e a decoração divergente do projeto aprovado. Os locais e horários de recebimento são o próprio espaço do evento, durante a montagem e o atendimento, e a sede da unidade requisitante, para os documentos de recebimento definitivo.

9. 9. Obrigações da Contratante e da Contratada

São obrigações da Contratante: efetuar o pagamento nas condições pactuadas; fornecer à contratada as informações e os documentos necessários à execução, incluindo a programação oficial do evento e o quantitativo de público confirmado; designar gestor e fiscais para acompanhamento; disponibilizar o acesso ao local para visita técnica e montagem; e notificar tempestivamente a contratada sobre ocorrências e irregularidades.
São obrigações da Contratada: executar o objeto conforme as especificações deste Termo de Referência e do projeto aprovado; manter as condições de habilitação durante toda a vigência contratual; arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais de seus empregados e prepostos, sem vínculo com a Administração; manter preposto designado para representá-la durante a execução; observar as normas sanitárias e de segurança do trabalho; reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, o objeto com falhas ou vícios; e responsabilizar-se por danos causados ao local, aos bens públicos e a terceiros decorrentes de sua atuação, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

10. 10. Estimativa de Valor e Adequação Orçamentária

O valor total estimado da contratação é de **R$ 153.205,04**, conforme o quadro da Seção 1.1, sendo R$ 26.332,02 para o café da manhã, R$ 22.332,00, para o lanche da tarde, R$ 69.466,02 para o almoço e R$ 35.075,00 para a decoração. Os valores unitários de referência correspondem à média das propostas coletadas na pesquisa de preços formal, cuja situação é Concluída, conforme a memória de cálculo apresentada na Seção 1.1.
Método de referência adotado: média das propostas pesquisadas na pesquisa de preços formal (situação Concluída), nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Os valores adotados são os mesmos do quadro da Seção 1.1 e do Documento de Formalização da Demanda (DFD) e do Estudo Técnico Preliminar (ETP), cujo valor total de referência é de R$ 153.205,04. A

memória de cálculo da pesquisa de preços deverá ser juntada em documento apartado, com sigilo mantido até a publicação do edital, conforme o art. 24 da mesma Lei, quando aplicável.
A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho 20.608.1014.2080 — Realização do Encontro da Mulher Rural; Natureza da Despesa 3.3.90.39.00.00 — Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (conforme Elemento de Despesa 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas, Reduzido 349); e Fonte de Recurso 1.500.0000000 — Recursos não Vinculados de Impostos, observando-se a disponibilidade orçamentária no exercício de execução.

11. 11. Sanções Administrativas

Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, a contratada sujeitar-se-á às sanções previstas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021, arts. 155 a 163, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível. As sanções aplicáveis são advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, esta última nos casos de fraude, de má-fé ou de conduta que justifique tal gravidade, garantido o contraditório e a ampla defesa em todas as hipóteses.
A multa moratória incidirá por dia de atraso, à razão de 5% (cinco por cento) por dia, calculada sobre o valor do item cujo atendimento tenha sido atrasado (base de cálculo: valor unitário do item atrasado, conforme o quadro da Seção 1.1), limitada ao percentual máximo acumulado de 50% (cinquenta por cento) do valor do item atrasado, aplicando-se em caso de atraso injustificado no início do atendimento ou na montagem, considerando-se como horário de início da montagem as 6h do dia 19/12/2026 e como conclusão as 7h, conforme a Seção 4. A inexecução parcial ou total do objeto sujeitará a contratada a multa compensatória de 50% (cinquenta por cento), calculada sobre o valor do item inexecutado (base de cálculo: valor do item não executado, conforme o quadro da Seção 1.1), sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A defesa prévia deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021 (prazo a ser conferido pela assessoria jurídica).

12. 12. Requisitos Consolidados e Obrigações Específicas

Esta seção funciona como remissão organizada, não repetindo os requisitos já estabelecidos nas seções indicadas:
(a) **Descrição do objeto e requisitos técnicos e funcionais:** Seção 3, em especial as especificações dos itens de alimentação (3.1), a especificação do item de decoração (3.2), os requisitos funcionais e de desempenho (3.3), os requisitos de qualidade, higiene e capacidade técnica (3.4), os requisitos de sustentabilidade e acessibilidade (3.5) e o escopo excluído e as interdependências (3.6).
(b) **Modelo de execução, entrega e operacionalização:** Seção 4, que trata do cronograma do evento, das etapas de execução, do local, da sequência de atendimento e das hipóteses de substituição de bens e de profissionais.
(c) **Medição, pagamento e glosa:** Seção 6, inclusive quanto à base de medição, à glosa proporcional dos quantitativos não comprovados e às condições de faturamento.
(d) **Obrigações da Contratante e da Contratada:** Seção 9.
Os requisitos de cumprimento obrigatório constam, de forma integral, das Seções 3.3 e 4, e as respectivas consequências de descumprimento são as previstas na Seção 11.

Bruno Samartino Gonçalves
Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente

Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Processo: 11/018/2026 — Contratação de Empresa especializada na Prestação de Serviços de Buffet e Decoração para a realização do "IX Encontro da Mulher Rural"
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda
Forma de contratação: Pregão Eletrônico | **Categoria do objeto:** Serviços

13. 1. Descrição da Necessidade da Contratação

A Administração Municipal de Pontes e Lacerda pretende realizar o "IX Encontro da Mulher Rural", evento de política pública voltado à valorização, à formação e à integração das mulheres do meio rural. Para a sua realização, demanda-se o fornecimento de alimentação em formato de buffet (café da manhã, lanche da tarde e almoço), em quantidade de 600 refeições por modalidade, bem como a prestação de serviço de decoração do espaço do evento. A demanda está formalizada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) do processo, que serviu de base para a presente análise e que deve ser mantido em coerência com este estudo.
Quanto à natureza, o serviço objeto deste estudo é classificado como **Serviço não continuado (evento pontual), conforme o ETP**. Sua execução é delimitada no tempo e se concentra na data de 19 de dezembro de 2026, dia de realização do evento, encerrando-se com a desmontagem e a retirada de equipamentos e resíduos ao término da programação.
Registro sobre a natureza do serviço em relação ao DFD: a natureza não continuada (execução pontual) do serviço é coerente com o DFD do processo, que indica serviço não continuado, e com a classificação adotada neste estudo. Questionada a unidade sobre a existência de divergência de natureza em relação ao DFD, a resposta registrada é **Não, está resolvida**; não há divergência de natureza entre os instrumentos. Recomenda-se apenas a conferência formal do DFD do processo, pela unidade requisitante, para confirmar essa classificação nos autos. A data de realização do evento, 19 de dezembro de 2026, é a já constante deste ETP.
Do ponto de vista do interesse público, o encontro constitui instrumento de fortalecimento da participação social e econômica das mulheres rurais, com efeitos sobre a organização comunitária, o acesso a informações e o intercâmbio de experiências. A realização do evento com padrão de qualidade compatível com o público atendido depende de estrutura de alimentação e de ambientação que, em regra, a Administração não possui com recursos próprios, pois não dispõe de cozinha industrial, equipe de copeiragem em volume compatível com 600 participantes por turno ou equipe de decoração e cenografia. A opção pela terceirização desses serviços atende ao princípio da eficiência e da racionalidade administrativa previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
A ausência de contratação implica a impossibilidade de atendimento alimentar e de decoração do espaço, com reflexos diretos sobre a viabilidade do evento. Caso o encontro ocorra sem atendimento adequado, a Administração expõe-se a riscos de inadequação sanitária e nutricional, de descontinuidade das atividades, de questionamentos quanto à regularidade da despesa e de prejuízo à imagem institucional perante um público que se desloca de diversas localidades para participar. Há, ainda, o risco de perda do investimento já programado na política pública, circunstância que contraria o dever de planejamento e de economicidade dos recursos públicos.

14. 2. Previsão da Contratação no PCA

Verificação ainda não realizada. A contratação deve ser confrontada com o Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício, nos termos do art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021. Enquanto essa verificação não for realizada, a inclusão da contratação no PCA permanece não confirmada; caso a contratação não conste do plano, aplica-se a justificativa de inclusão extemporânea, a ser apresentada pela unidade requisitante, indicando a imprevisibilidade da demanda ou fato superveniente que a motivou. O fato superveniente que fundamentaria a inclusão extemporânea não foi informado neste estudo e não é inferido aqui; deverá ser informado pela unidade requisitante antes da deliberação, sendo a justificativa exigida pendente até essa informação. O Programa 20.608.1014.2080 — Realização do Encontro da Mulher Rural, vinculado pelo DFD, é classificação orçamentária da ação e não constitui identificador de inclusão da contratação no PCA; sua menção indica que a contratação se insere em ação planejada da Administração, e não em despesa isolada, mas não substitui a confrontação com o PCA.
Status das pendências: (a) verificação no PCA não realizada — pendente; (b) fato superveniente não informado — pendente; (c) justificativa de inclusão extemporânea — pendente até nova informação da unidade requisitante. Nenhuma dessas pendências é suprida por inferência neste estudo.

15. 3. Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação são os atributos mínimos que a solução deve apresentar para atender à necessidade descrita, sem excesso que restrinja indevidamente a competitividade. Para o objeto em análise, que compreende serviços de buffet e de decoração, os requisitos são organizados a seguir por categoria.
Requisitos funcionais

- **(i) Quantidade de refeições:** 600 refeições por modalidade (café da manhã, lanche da tarde e almoço), no local e nos horários definidos no cronograma do evento;

- **(ii) Cardápio:** disponibilização de cardápio compatível com a natureza do evento, cujos parâmetros essenciais constam transcritos neste estudo, sem prejuízo da oferta de opções vegetarianas e do atendimento a restrições alimentares declaradas, conforme segue:

    - **(a) Café da manhã e lanche da tarde** (ITEM 1 e ITEM 2 do Anexo I, para 600 pessoas cada): café, leite branco, leite com chocolate, água, suco de polpa em no mínimo dois sabores, salgados assados variados, salgados fritos variados, pão de queijo, lanches naturais, bolos de diversos sabores e refrigerantes, com frutas (banana, maçã, melão e melancia);

    - **(b) Almoço** (ITEM 3 do Anexo I, para 600 pessoas): arroz branco com alho frito; farofa de banana da terra com bacon e torresmo; molho de alho; molho de tomate batido para churrasco; mandioca cozida temperada; feijão tropeiro; salada tropical; vinagrete para churrasco; churrasco com carnes maminha, contrafilé, fraldinha, alcatra, linguiça, asinha de frango e panceta de porco; bebidas Coca-Cola, Guaraná Antarctica, Fanta, Coca-Cola Zero, suco de polpa e água; e sobremesas de mousse de maracujá e sorvete em dois sabores;

    - **Referência de cardápio:** registra-se que o arquivo PDF originalmente referido para o cardápio não consta do processo, de modo que o texto transcrito nesta seção e nos ITEM 1 a 3 do Anexo I passa a ser a referência para a execução. Referência de cardápio confirmada pela unidade requisitante: Usar a transcrição do ETP como referência;

- **(iii) Operação do buffet:** montagem, operação e desmontagem do serviço de buffet, incluindo utensílios, mobiliário de apoio, equipe de atendimento e reposição contínua dos alimentos;

- **(iv) Decoração:** execução da decoração do espaço do evento, como unidade global (quantidade única do item 4), nos termos da descrição constante do Anexo I deste estudo.

Anexo I – Descrição dos cardápios e da decoração (itens 1 a 4)
Referência de cardápio confirmada pela unidade requisitante: Usar a transcrição do ETP como referência. Registra-se que o arquivo PDF originalmente referido para o cardápio não consta do processo; os ITEM 1 a 3 abaixo coincidem com a transcrição constante do item (ii) da seção 3.
ITEM 1 - Fornecimento de Café da Manhã - Tipo Buffet
Atendimento para 600 pessoas, contemplando: café, leite branco, leite com chocolate, água, suco de polpa em no mínimo dois sabores, salgados assados variados, salgados fritos variados, pão de queijo, lanches naturais, bolos de diversos sabores e refrigerantes. Frutas: banana, maçã, melão e melancia.
Incluso no serviço: garçons, taças, copos descartáveis, pratos descartáveis, talheres, equipe de cozinha, guardanapos, palitos, fio dental e papel higiênico.
ITEM 2 - Fornecimento de Lanche da Tarde - Tipo Buffet
Atendimento para 600 pessoas, contemplando o mesmo cardápio do café da manhã, descrito no ITEM 1.
Incluso no serviço: garçons, taças, copos descartáveis, pratos descartáveis, talheres, equipe de cozinha, guardanapos, palitos, fio dental e papel higiênico.
ITEM 3 - Fornecimento de Almoço - Tipo Buffet
Atendimento para 600 pessoas, contemplando: arroz branco com alho frito; farofa de banana da terra com bacon e torresmo; molho de alho; molho de tomate batido para churrasco; mandioca cozida temperada; feijão tropeiro; salada tropical e vinagrete para churrasco. Churrasco com carnes: maminha, contrafilé, fraldinha, alcatra, linguiça, asinha de frango e panceta de porco. Bebidas: Coca-Cola, Guaraná Antarctica, Fanta, Coca-Cola Zero, suco de polpa e água. Sobremesas: mousse de maracujá e sorvete em dois sabores.
Incluso no serviço: garçons, taças, pratos, talheres, equipe de cozinha, guardanapos, palitos, fio dental e papel higiênico.
ITEM 4 - Decoração Espaço do Evento
Decoração voltada ao meio rural, com temática rural, valorizando elementos que remetam ao campo e proporcionando uma ambientação acolhedora e adequada à identidade do evento.
Composição decorativa para o evento, incluindo 05 mesas com 05 cadeiras para realização das inscrições, com tampões e forradas com tecido, próximas ao hall de entrada; 79 mesas com tampões decoradas com vasinhos de margaridas; 600

cadeiras, 79 toalhas grandes; 01 mesa para autoridades com 01 arranjo; 04 mesas de buffet com arranjos; palco com fundo decorado; 03 espaços/cenários para fotos com tapetes; fundo decorado; banco rústico; arranjos de flores rústicos; letreiro "IX ENCONTRO DA MULHER RURAL DE PONTES E LACERDA"; tapete para entrada; e portal de entrada com decoração rústica. Mobiliário incluído no ITEM 4: as mesas, as cadeiras e as toalhas listadas neste item integram o escopo do ITEM 4. Confirmação da unidade requisitante: Sim, estão incluídos no item 4.

Requisitos de qualidade e desempenho

Quanto aos padrões mínimos de qualidade, a contratada deverá observar a legislação sanitária aplicável à manipulação e ao transporte de alimentos, notadamente as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial a RDC nº 216/2004, e as boas práticas de fabricação para serviços de alimentação. Deverão ser exigidos, como comprovação de capacidade técnica, atestados de fornecimento de refeições em quantidade compatível e de execução de serviços de decoração de eventos de porte semelhante. Os indicadores de desempenho a serem monitorados na execução do serviço são os seguintes, cujos parâmetros numéricos serão definidos no Termo de Referência:

- **Pontualidade de serviço:** cumprimento dos horários de início e de operação do buffet e da decoração definidos no cronograma do evento;
- **Conformidade do cardápio:** aderência das refeições servidas ao cardápio descrito no Anexo I deste estudo;
- **Quantidade servida em relação ao contratado:** correspondência entre as refeições efetivamente servidas e a quantidade contratada por modalidade (600 refeições);
- **Conformidade da decoração com o projeto aprovado:** correspondência entre a decoração executada e a descrição constante do ITEM 4 do Anexo I deste estudo.

Requisitos de sustentabilidade

- **Redução de desperdício:** adoção de práticas de redução de desperdício alimentar;
- **Resíduos sólidos:** separação e destinação adequada dos resíduos sólidos, em consonância com a Lei nº 12.305/2010;
- **Materiais de decoração:** preferência por materiais reutilizáveis ou recicláveis;
- **Diretrizes:** observância das diretrizes de contratações sustentáveis, sem prejuízo da competitividade.

Requisitos de acessibilidade

- **Norma aplicável:** conformidade com o Decreto nº 5.296/2004 nos locais de serviço e de atendimento;
- **Rotas e áreas:** rotas acessíveis e áreas de atendimento adequadas;
- **Atendimento:** possibilidade de atendimento a participantes com deficiência ou mobilidade reduzida.

Requisitos de infraestrutura

- **Base de quantitativos:** confirmada pela unidade requisitante, com a manutenção de 600 pessoas por refeição, por ser a quantidade de vagas ofertadas;
- **Capacidade do local:** capacidade máxima informada de 1000 pessoas, não comprovada até o momento;
- **Situação do comprovante de capacidade:** Indisponível no momento. O laudo técnico de capacidade, o alvará ou o AVCB não está disponível no momento e não foi juntado ao processo. Em razão dessa indisponibilidade, a capacidade máxima de 1000 pessoas permanece não comprovada e a premissa de 600 pessoas por refeição é considerada não comprovada e condicionada à compatibilização com a capacidade do local, após a apresentação do comprovante, que constitui pendência a ser atendida antes da deliberação.

16. 4. Levantamento de Mercado e Análise de Alternativas

Esta seção identifica as alternativas disponíveis para atender à necessidade e as compara sob os aspectos de custo, adequação técnica, disponibilidade de mercado, riscos e prazo de implantação. Foram consideradas três alternativas principais: (a) contratação de empresa especializada, por meio de licitação, para fornecimento do buffet e da decoração como serviço completo; (b) execução direta pela Administração, com aquisição de gêneros, contratação de pessoal e locação de equipamentos; e (c) contratação fracionada, com licitações separadas para alimentação e para decoração, ou com a terceirização apenas da alimentação.

A execução direta (alternativa "b") demandaria a aquisição ou locação de utensílios, equipamentos de cocção e conservação, mobiliário e materiais de decoração, além da contratação de equipe para preparo, distribuição e montagem. Além do custo elevado de mobilização para um evento pontual, essa alternativa imporia riscos sanitários e operacionais, pois a Administração não dispõe, em regra, de estrutura de cozinha industrial compatível com 1.800 refeições no período. Ademais, a gestão de estoque e de pessoal para um evento de execução delimitada no tempo geraria ociosidade após o encerramento, o que a torna pouco eficiente.

A contratação fracionada (alternativa "c") apresenta a vantagem de permitir a participação de fornecedores especializados em cada segmento, mas gera riscos de incompatibilidade logística, de duplicidade de montagem no mesmo espaço e de responsabilização difusa por eventuais falhas. Como o buffet e a decoração compartilham o mesmo espaço, o horário de montagem e a estrutura do evento, a segmentação tende a aumentar o custo de coordenação e a exigir gestão administrativa de múltiplos contratos para um único resultado. Essa alternativa somente se justificaria se o mercado local apresentasse prestadores capazes de atender à demanda de forma integrada, circunstância a ser confirmada na pesquisa de mercado.

A contratação de serviço completo por empresa especializada (alternativa "a") mostra-se a mais adequada, pois concentra a responsabilidade pela execução em um único contratado, reduz o custo de gestão contratual, permite a padronização do serviço ao longo das três refeições e da decoração e transfere ao mercado a obrigação de mobilização de equipamentos, pessoal e insumos. Trata-se, ainda, de serviço de execução delimitada, cuja oferta de mercado deve ser confirmada na pesquisa de preços, sendo esse o principal fator a favorecer a competição no pregão eletrônico.

Quanto às fontes de pesquisa, os preços de referência constantes do processo correspondem aos valores fixados nos itens, conforme o DFD. A pesquisa de preços formal, a ser realizada na forma da IN SEGES/ME nº 65/2021, deverá consultar o Painel de Preços do Governo Federal, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) com contratações de objeto semelhante, e no mínimo três fornecedores do ramo. Nesta etapa, relacionam-se as propostas já registradas no DFD: propostas obtidas de Decoratta Decorações & Buffet, FOCUS - M de L Correia Marques ME, Mestre Culinário - E. Ananias Morais e C. Fernandes Pereira Ltda, para os itens de alimentação e decoração, e de Flavio Fernandes de Bessa Serviços, somente para o item de decoração.

4.1 Comparativo entre Modalidades de Contratação

Critério	Serviço completo por empresa especializada	Execução direta pela Administração	Contratação fracionada
Custo estimado	Preço global por item, com mobilização incluída	Custo de aquisição, locação e pessoal, com ociosidade pós-evento	Custo total tende a ser maior pela coordenação de múltiplos contratos
Adequação técnica	Alta: responsabilidade única pela execução	Baixa: estrutura de cozinha e de decoração inexistente em regra	Média: risco de falhas de integração entre os segmentos
Disponibilidade de mercado	Adequada para serviço de evento de porte médio	Depende da aquisição de bens e da contratação de pessoal	Depende de prestadores especializados por segmento
Riscos principais	Inexecução pontual, controlável por garantia e sanções	Sanitários, operacionais e de pessoal	Incompatibilidade logística e responsabilização difusa

Critério	Serviço completo por empresa especializada	Execução direta pela Administração	Contratação fracionada
Prazo de implantação	Compatível com a licitação pelo pregão eletrônico	Longo, pela aquisição e contratação de pessoal	Maior, pela necessidade de duas licitações

Diante da análise comparativa, a contratação de serviço completo por meio de pregão eletrônico mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, por reunir adequação técnica, economicidade na gestão contratual e compatibilidade com o prazo do evento. As alternativas de execução direta e de fracionamento foram afastadas por imporem custos de mobilização, riscos operacionais e dificuldades de coordenação que não se justificam para um evento pontual.

17. 5. Descrição da Solução Escolhida como um Todo

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de buffet e decoração do "IX Encontro da Mulher Rural", por meio de pregão eletrônico, com execução integral pelo contratado. A solução compreende quatro itens de compra, que serão licitados em **lote único**, com adjudicação global ao mesmo fornecedor, conforme consolidado no processo: (1) fornecimento de café da manhã tipo buffet, com 600 refeições, precificado por preço unitário por refeição; (2) fornecimento de lanche da tarde tipo buffet, com 600 refeições, precificado por preço unitário por refeição; (3) fornecimento de almoço tipo buffet, com 600 refeições, precificado por preço unitário por refeição; e (4) decoração do espaço do evento, em quantidade única, precificada por preço global, que inclui como componentes as mesas, as cadeiras e as toalhas, conforme confirmação da unidade requisitante (Sim, estão incluídos no item 4) e detalhamento constante do ITEM 4 do Anexo I.
Forma de precificação confirmada pela unidade requisitante: Preço unitário por refeição e preço global da decoração. Os itens 1 a 3 (café da manhã, lanche da tarde e almoço) são precificados por preço unitário por refeição, e o item 4 (decoração) é precificado por preço global, mantida a adjudicação global em lote único ao mesmo fornecedor.
Na prática, o contratado deverá realizar o planejamento operacional do serviço em conjunto com a unidade requisitante, observando a seguinte sequência de execução:

1. **Visita técnica:** visita ao local do evento pelo contratado, para verificação das condições de energia, água, pontos de acesso para carga e descarga e área para montagem, conforme indicado nesta seção.
2. **Cronograma:** definição do cronograma de montagem e de atendimento, observando o cronograma de cada modalidade de refeição e o público de 600 pessoas sentadas por turno.
3. **Aprovação de cardápios e projeto decorativo:** apresentação dos cardápios e do projeto decorativo à unidade requisitante para aprovação, previamente à montagem.
4. **Montagem:** montagem da estrutura de buffet e da decoração no local do evento, a ser concluída até 1h antes do início do evento (até as 7h), com início do evento previsto para as 8h do dia 19 de dezembro de 2026.
5. **Prestação do serviço:** fornecimento das refeições e operação do buffet durante o evento, com reposição contínua dos alimentos e organização do fluxo de atendimento, dimensionados para o público de 600 pessoas sentadas por turno.
6. **Desmontagem e retirada de resíduos:** desmontagem e retirada de equipamentos e resíduos logo após o término do evento, previsto para as 17h.

A execução será realizada no seguinte local: Celebrai Eventos, Rua Gonçalo Nunes dos Santos, nº 930, Jardim Aliança, Pontes e Lacerda - MT, CEP 78250-000.
Recebimento e critérios de medição. O recebimento dos serviços deverá ocorrer após a conclusão da montagem e antes do início do evento, mediante conferência objetiva, com registro formal pelo fiscal técnico, observados os seguintes critérios:
(i) **Quantidades contratadas:** (a) café da manhã (item 1): 600 refeições; (b) lanche da tarde (item 2): 600 refeições; (c) almoço (item 3): 600 refeições; e (d) decoração do espaço do evento (item 4): 1 (uma) unidade, em quantidade única. A quantidade de refeições a ser medida corresponde às refeições efetivamente servidas em cada modalidade, limitada à quantidade contratada de 600 por modalidade.
(ii) **Conformidade do cardápio:** verificação de que o cardápio servido em cada modalidade corresponde ao cardápio aprovado pela unidade requisitante, cuja referência é a transcrição constante do item (ii) da seção 3 e dos ITENS 1 a 3 do Anexo I. Qualquer alteração de itens deverá ser previamente aprovada pela unidade requisitante.

(iii) **Conformidade da decoração:** verificação de que a decoração executada corresponde ao projeto decorativo aprovado previamente à montagem e à descrição do ITEM 4 do Anexo I, incluindo as mesas, as cadeiras e as toalhas, que integram o item 4.
(iv) **Medição vinculada aos preços definidos:** os itens 1 a 3 serão medidos pela quantidade de refeições efetivamente servidas e conferidas, multiplicada pelo preço unitário por refeição ofertado para a respectiva modalidade. O item 4 será medido pelo preço global ofertado para a decoração, condicionado à verificação de conformidade com o projeto decorativo aprovado. A medição será calculada exclusivamente sobre os preços unitário e global ofertados pelo contratado, sem acréscimo de outros valores.
(v) **Registro de divergências:** eventuais divergências de quantidade ou de conformidade deverão ser registradas no ato do recebimento, de forma a subsidiar a medição. A designação do fiscal técnico e do gestor do contrato permanece pendente, nos termos da seção 11 (vii).
Não se vislumbra a necessidade de manutenção pós-entrega ou de assistência técnica, uma vez que o objeto é de execução pontual e se encerra com a realização do evento. Eventuais treinamentos não se aplicam ao objeto. A infraestrutura necessária para implantação é o próprio local do evento, devendo energia, água, pontos de acesso para carga e descarga e área para montagem ser verificados no local indicado. Quanto às interdependências, o próprio DFD registra a relação com locação de espaço, transporte de participantes e serviços de som e iluminação, cujo dimensionamento depende do mesmo público previsto; a verificação de sobreposição com esses objetos será tratada na seção 9 deste estudo.

18. 6. Estimativas das Quantidades e Memória de Cálculo

6.1 Base da unidade global (ITEM 4). As quantidades de refeições (itens 1 a 3) foram estimadas a partir da programação do evento. Base de quantitativos confirmada pela unidade requisitante: manter 600 pessoas por refeição, correspondente à quantidade de vagas que será ofertada aos participantes. A capacidade máxima informada para o local (1000 pessoas) não foi comprovada, pois o comprovante de capacidade encontra-se indisponível no momento, e o laudo técnico, alvará ou AVCB segue pendente (seção 3). Em razão dessa limitação física, não haverá oferta de vagas além de 600 pessoas, de modo que cada modalidade de refeição foi dimensionada para essa quantidade.
A decoração é estimada em 1 (uma) unidade de serviço global do espaço do evento, quantidade calculada em função da quantidade de convites que será disponibilizado (600 pessoas). Essa unidade global é a base de precificação do ITEM 4 e abrange os componentes descritos no ITEM 4 do Anexo I, listados no item 6.2 deste estudo.
O quadro abaixo apresenta os quantitativos estimados por item, com as respectivas unidades de medida, considerando a unidade global do ITEM 4 e sem prejuízo do disposto no item 6.2.

Nº	Descrição do item ou grupo	Quantidade estimada	Unidade
1	Fornecimento de Café da Manhã - Tipo Buffet	600	unidade
2	Fornecimento de Lanche da Tarde - Tipo Buffet	600	unidade
3	Fornecimento de Almoço - Tipo Buffet	600	unidade
4	Decoração Espaço do Evento	1	unidade

6.2 Componentes do ITEM 4 marcados como não definitivos. Os componentes abaixo constam do ITEM 4 do Anexo I e são indicados apenas como referência. Seus quantitativos são **não definitivos**, pendentes de validação pela unidade requisitante da regra de cálculo:

- 05 mesas de inscrição, com 05 cadeiras;
- 79 mesas com tampões;
- 01 mesa de autoridades;
- 04 mesas de buffet;

- 600 cadeiras;
- 79 toalhas grandes;
- demais elementos da composição decorativa previstos no ITEM 4 do Anexo I.

Alerta de dependência de informação. A regra de cálculo que vincula mesas, cadeiras e toalhas ao público previsto ainda não foi informada pela unidade requisitante. Não foi definida, neste estudo, nenhuma regra de cálculo para esses componentes, e nenhuma foi presumida. Por essa razão, a memória de cálculo por componente permanece pendente, e os quantitativos listados neste item não devem ser considerados definitivos para a consolidação do valor estimado da decoração.
6.3 Condição de recálculo. Os quantitativos dos componentes do ITEM 4 serão revisados somente após: (a) a comprovação da capacidade do local, cujo comprovante encontra-se indisponível no momento; e (b) a informação, pela unidade requisitante, da regra de cálculo que vincula mesas, cadeiras e toalhas ao público previsto. Qualquer alteração na capacidade do local ou no número de vagas ofertadas repercutirá diretamente nas quantidades e no valor total, devendo a seção 7 ser atualizada após o recálculo. Não foram informados, no contexto disponível, histórico de consumo em edições anteriores ou parâmetros normativos específicos; a memória de cálculo baseia-se exclusivamente na capacidade informada para o espaço, ainda não comprovada.

19. 7. Estimativa do Valor da Contratação

Forma de precificação confirmada pela unidade requisitante: Preço unitário por refeição e preço global da decoração. Os itens 1 a 3 (café da manhã, lanche da tarde e almoço) são precificados por preço unitário por refeição, e o item 4 (decoração) é precificado por preço global, mantida a adjudicação global em lote único ao mesmo fornecedor.
O valor total estimado da contratação é de **R$ R$ 153.205,04**, obtido pela soma dos quatro itens de compra, que compõem um único lote a ser adjudicado globalmente ao mesmo fornecedor. O valor unitário de referência de cada item corresponde à **média** dos preços obtidos na pesquisa de preços, nos termos da IN SEGES/ME nº 65/2021.
Memória de cálculo. Para cada item, foram considerados os valores ofertados pelos fornecedores consultados, adotando-se como valor unitário de referência a média dos valores apurados. O valor total de cada item resulta da multiplicação da quantidade estimada pelo valor unitário de referência.
Quantidade de orçamentos por item e justificativa formal. Decidiu-se por manter apenas os três orçamentos já obtidos, sem complementação da pesquisa de preços por novas consultas. Para os itens 1, 2 e 3 (café da manhã, lanche da tarde e almoço), foram mantidos os três orçamentos já obtidos e indicados nesta seção, cujos valores ofertados foram considerados para a formação do valor unitário de referência, adotando-se a média como referência para esses itens. A reconciliação dos indicadores estatísticos atualmente zerados com a pesquisa formal da IN SEGES/ME nº 65/2021 permanece pendente e deve ser concluída antes da deliberação.
7.1 Pesquisa de preços – valores ofertados por fornecedor (R$)

Nº	Descrição do item	FOCUS (M de L Correia Marques ME)	MESTRE CULINÁRIO (E. Ananias Morais e C. Fernandes Pereira Ltda)	DECORATTA Decorações & Buffet	FLAVIO FERNANDES DE BESSA Serviços	Média (R$)
1	Fornecimento de Café da Manhã - Tipo Buffet	60,00	35,00	36,66	–	43,8867
2	Fornecimento de Lanche da Tarde - Tipo Buffet	40,00	35,00	36,66	–	37,2200
3	Fornecimento de	110,00	121,00	116,33	–	115,7767

Nº	Descrição do item	FOCUS (M de L Correia Marques ME)	MESTRE CULINÁRIO (E. Ananias Morais e C. Fernandes Pereira Ltda)	DECORATTA Decorações & Buffet	FLAVIO FERNANDES DE BESSA Serviços	Média (R$)
	Almoço - Tipo Buffet					
4	Decoração Espaço do Evento	42.000,00	33.000,00	25.800,00	39.500,00	35.075,0000

7.2 Cálculo do valor total estimado

Nº	Descrição do item ou grupo	Quantidade	Valor unitário de referência (R$)	Valor total estimado (R$)
1	Fornecimento de Café da Manhã - Tipo Buffet	600	43,8867	26.332,02
2	Fornecimento de Lanche da Tarde - Tipo Buffet	600	37,2200	22.332,00
3	Fornecimento de Almoço - Tipo Buffet	600	115,7767	69.466,02
4	Decoração Espaço do Evento	1	35.074,0000	35.074,00
TOTAL				**153.205,04**

Os valores poderão ser mantidos em sigilo até a conclusão da licitação, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da publicidade do edital. Quanto à adequação orçamentária, a dotação, a fonte de recursos e a declaração de disponibilidade financeira no exercício são as seguintes: Programa de Trabalho: 20.608.1014.2080 - Realização do Encontro da Mulher Rural. Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (conforme Elemento de Despesa 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas, Reduzido 349). Fonte de Recurso: 1.500.0000000 - Recursos não Vinculados de Impostos. Declaração: existe a disponibilidade orçamentária e financeira.

20. 8. Resultados Pretendidos

A contratação pretende assegurar a realização do "IX Encontro da Mulher Rural" com atendimento alimentar e ambientação adequados ao público previsto. Do ponto de vista da eficácia, a solução resolve o problema identificado, pois transfere a execução do buffet e da decoração a empresa especializada, viabilizando o evento sem a necessidade de estrutura própria da Administração. Do ponto de vista da eficiência, a contratação elimina a necessidade de aquisição de equipamentos, de contratação temporária de pessoal para cozinha e de controle de estoques, reduzindo o esforço administrativo da unidade requisitante e o risco de retrabalho.

Quanto à efetividade, o resultado esperado é a participação qualificada das mulheres rurais nas atividades do encontro, com experiência de acolhimento compatível com a relevância da política pública. Sob o aspecto da economicidade, a escolha de contratação de serviço completo, com preço global por item e responsabilidade única, permite melhor controle de custos e evita a sobreposição de despesas com mobilização, transporte e montagem. Como métricas de sucesso, sugere-se a verificação do cumprimento do cronograma, da quantidade de refeições servidas em relação ao contratado, da conformidade do cardápio e da decoração com o projeto aprovado e do índice de satisfação registrado em pesquisa de avaliação junto aos participantes, a ser estabelecida no Termo de Referência.

21. 9. Contratações Correlatas e Interdependências

Objeto desta licitação. A contratação compreende exclusivamente os itens 1 a 4 descritos na seção 5 (fornecimento de café da manhã, lanche da tarde e almoço, tipo buffet, e decoração do espaço do evento). No item 4, integram o objeto as mesas, as cadeiras e as toalhas, conforme confirmação da unidade requisitante (Sim, estão incluídos no item 4).
Contratações correlatas. O DFD registra interdependência com outras contratações relacionadas ao mesmo evento, cujo dimensionamento depende do mesmo público previsto. Tratam-se de contratações separadas, que não integram o objeto desta licitação: (a) locação de espaço; (b) transporte de participantes; e (c) serviços de som e iluminação.
Exclusões do objeto. Os itens de energia elétrica e área de montagem são indicados pela unidade requisitante como excluídos do objeto desta licitação. Contudo, os instrumentos (pregão, contrato ou ata) pelos quais esses itens foram providenciados não foram informados e, por essa razão, permanecem **pendentes** de identificação. Assim, a verificação formal de duplicidade com itens correlatos segue **pendente** e não se considera concluída. Até a conclusão dessa verificação, o Termo de Referência deverá delimitar, de forma expressa, o que está incluído e o que está excluído do objeto, a fim de evitar duplicidade de itens e de pagamentos.
Eventual economia de escala poderá ser avaliada mediante consulta a atas de registro de preços vigentes de órgãos da Administração Pública para serviços de buffet e decoração de eventos, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, hipótese que deverá ser verificada pela equipe de planejamento. Permanece pendente a compatibilização de datas e horários de montagem entre este objeto e os demais contratos executados no mesmo espaço, uma vez que a execução simultânea pode gerar conflito de cronograma de montagem; essa compatibilização deverá ser tratada antes da publicação do edital.

22. 10. Justificativas Técnicas e Econômicas

A justificativa técnica da solução decorre da natureza do objeto. O buffet exige estrutura de preparo, transporte térmico, distribuição e higienização compatível com 600 refeições por modalidade, o que, para um evento pontual, só é viável de forma economicamente racional por meio de empresa especializada. A decoração, por sua vez, demanda projeto visual, montagem e desmontagem em janela de tempo curta, competência que a Administração não mantém em quadro próprio. A reunião desses dois objetos sob um único contratado favorece a integração entre o serviço de alimentação e a ambientação do espaço, reduz a superposição de equipes no mesmo local e concentra a responsabilidade pela qualidade final perante a Administração.
Sob o aspecto econômico, a estimativa de R$ 153.205,04, correspondente à soma dos itens da seção 7.2 e dependente da pesquisa de preços formal, ainda pendente, deve ser analisada à luz da alternativa de execução direta. Os custos de aquisição de gêneros em escala para 1.800 refeições, de locação de equipamentos de cocção e conservação, de contratação temporária de pessoal e de materiais de decoração, somados ao risco de ociosidade do patrimônio após o evento, tendem a superar o preço global de mercado para serviço completo. A contratação por preço global por item também permite à Administração comparar, de forma transparente, o custo unitário de cada refeição e o custo da decoração, facilitando o controle e a eventual negociação na fase de lances. Essa justificativa, contudo, somente se confirmará com a pesquisa de preços formal, razão pela qual a conclusão econômica deve ser reavaliada após a coleta dos preços de mercado.
Por fim, a justificativa econômica se fortalece quando se considera o custo da não contratação. A eventual inviabilização do evento, ou sua realização sem atendimento adequado, representaria perda do investimento já programado na política pública e exposição da Administração a riscos sanitários e reputacionais. Assim, o gasto proposto mostra-se proporcional ao benefício social pretendido, desde que observada a premissa de público e a efetiva validação dos preços de referência.

23. 11. Providências e Impactos

Para a efetivação da contratação, a unidade requisitante e a equipe de planejamento deverão adotar as seguintes providências, cujo status atual é indicado em cada item:
(i) **Plano de Contratações Anual (PCA):** verificação ainda não realizada. A situação da contratação no Plano de Contratações Anual do exercício ainda não foi verificada; a inclusão da contratação e o vínculo programático (Programa 20.608.1014.2080) deverão ser confirmados após essa verificação. Caso a contratação não conste do plano, aplica-se a justificativa de inclusão extemporânea, nos termos da seção 2, cuja exigência permanece pendente: o fato superveniente que motivaria a inclusão não foi informado e não é inferido neste estudo, devendo ser informado pela unidade requisitante antes da deliberação.
(ii) **Capacidade do local e comprovante:** a capacidade máxima do local é de 1000 pessoas, informação confirmada pelo usuário, porém não comprovada. Situação do comprovante de capacidade: Indisponível no momento. O laudo técnico de capacidade, o alvará ou o AVCB não está disponível no momento e não foi juntado ao processo. A premissa de 600 pessoas por

turno, constante das seções 3 e 6, permanece não comprovada e deverá ser compatibilizada com a capacidade informada, e a solução permanece condicionada a essa compatibilização.
(iii) **Pesquisa de preços com média:** pendente a pesquisa de preços formal, nos termos da IN SEGES/ME nº 65/2021. Até a sua conclusão, será adotada a média dos valores como referência para a estimativa constante da seção 7. Nos itens 1, 2 e 3 há somente 3 orçamentos. Resposta da unidade requisitante: Não, há apenas os três atuais. Não há novos orçamentos para os itens 1 a 3; a média permanece como referência, a pesquisa de preços formal permanece pendente, e os indicadores estatísticos atualmente zerados devem ser reconciliados após a pesquisa formal, bem como os valores unitários da seção 7 devem ser reconciliados com a média apurada antes da deliberação.
(iv) **Dotação orçamentária:** a dotação e a declaração de disponibilidade financeira indicadas na seção 7 deverão ser conferidas antes da fase de licitação.
(v) **Contratações correlatas:** conforme informado pela unidade requisitante, os itens de energia elétrica e área de montagem foram providenciados em outros pregões e ficam excluídos do objeto (seção 9). Quanto ao mobiliário (mesas, cadeiras e toalhas), confirmação da unidade requisitante: Sim, estão incluídos no item 4. A verificação formal de duplicidade com as demais contratações correlatas permanece pendente, assim como a compatibilização de datas e horários de montagem antes da publicação do edital; o Termo de Referência deverá delimitar o que está incluído e o que está excluído do objeto.
(vi) **Cronograma do pregão eletrônico:** pendente. As datas de publicação, sessão, homologação e assinatura do pregão eletrônico serão definidas após a entrega do ETP ao Setor de Licitação. A data fixa de realização do evento (19 de dezembro de 2026) permanece como referência e o risco de atraso no processo licitatório permanece como condicionante, devendo o cronograma ser compatibilizado com essa data, incluindo prazos para recursos, habilitação e assinatura do contrato.
(vii) **Análise de riscos, Termo de Referência e designação de gestor e fiscal:** elaboração da análise de riscos e do Termo de Referência. Nos termos do art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ficam designados o gestor do contrato, Bruno Samartino Gonçalves, e o fiscal técnico, Dimas Ronan Alberti, conforme informado pelo usuário. A designação formal deve constar do processo, por ato próprio, antes da fase de execução contratual.
Enquanto houver providências pendentes nesta seção, a conclusão favorável da seção 12 deve ser entendida como condicionada, e o processo não deve avançar para a publicação do edital.
Quanto aos impactos, a contratação produz efeitos sobre a gestão orçamentária, sobre a rotina da unidade requisitante e sobre o público participante. No plano orçamentário, a despesa deverá ser comprometida no exercício de sua realização, com registro em dotação compatível com a natureza de serviço. No plano operacional, a unidade deverá dedicar esforço à fiscalização da execução, especialmente no dia do evento, com verificação de quantidades, de cardápios e de decoração. No plano social, a qualidade do atendimento impacta diretamente a percepção do público sobre a política pública, razão pela qual a fiscalização deve priorizar a experiência dos participantes.
Não se identificam impactos ambientais relevantes além dos resíduos inerentes à atividade de alimentação e à decoração, que deverão ser tratados por meio das exigências de sustentabilidade descritas na seção 3. Eventual atraso no processo licitatório, por sua vez, configura o principal risco de impacto, pois a execução está vinculada a data fixa de realização do evento; a equipe deverá, portanto, acompanhar o cronograma do pregão eletrônico, cujas datas serão definidas após a entrega do ETP ao Setor de Licitação, conforme previsto no item (vi).

24. 12. Posicionamento Conclusivo sobre Viabilidade

Com base na análise das necessidades, dos requisitos, das alternativas e das estimativas apresentadas, a equipe de planejamento identifica a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de buffet e decoração do "IX Encontro da Mulher Rural", mediante pregão eletrônico, em caráter **condicionado**. A solução adotada é a que melhor atende ao interesse público, por concentrar a execução em um único contratado, evitar os custos e riscos da execução direta e da fragmentação, e permitir a compatibilização com o prazo do evento.
A viabilidade não é considerada plenamente concluída neste momento, pois permanecem as seguintes condições pendentes, que deverão ser atendidas antes do avanço do processo:
(a) **Plano de Contratações Anual e fato superveniente:** verificação da inclusão da contratação no PCA do exercício e do vínculo programático (Programa 20.608.1014.2080) ainda não realizada. Caso a contratação não conste do plano, a justificativa de inclusão extemporânea depende de fato superveniente, ainda não informado pela unidade requisitante e não inferido neste estudo (seção 2; item 11 (i));
(b) **Capacidade do local:** situação do comprovante de capacidade: Indisponível no momento. O laudo técnico de capacidade, o alvará ou o AVCB não foram juntados ao processo; a premissa de 600 pessoas por turno permanece não comprovada e deverá ser compatibilizada com a capacidade máxima informada de 1000 pessoas, condição para a solução (item 11 (ii));
(c) **Pesquisa de preços formal:** pesquisa formal pendente nos termos da IN SEGES/ME nº 65/2021, com manutenção apenas dos três orçamentos existentes para os itens 1 a 3, mediante justificativa formal, e reconciliação dos indicadores estatísticos e dos valores unitários da seção 7 com a média apurada (item 11 (iii));
(d) **Dotação orçamentária:** conferência da dotação e da declaração de disponibilidade financeira indicadas na seção 7 (item 11 (iv));
(e) **Regra de cálculo da decoração:** pendente a validação pela unidade requisitante da regra de cálculo dos quantitativos da decoração e dos componentes do ITEM 4, inclusive mesas, cadeiras e toalhas, cuja memória de cálculo por componente permanece pendente (seção 6 e item 11 (v)).

As datas de publicação, sessão, homologação e assinatura do pregão eletrônico serão definidas após a entrega do ETP ao Setor de Licitação (item 11 (vi)).
Enquanto essas condições não forem atendidas, a conclusão favorável deste estudo deve ser entendida como condicionada, e o processo não deve avançar para a publicação do edital. Recomenda-se o prosseguimento da fase preparatória, com a execução das providências elencadas na seção 11 deste estudo, em especial as condições (a) a (e) acima, e a elaboração do Termo de Referência.
Responsável pelo ETP: Dimas Ronan Alberti, Chefe de Departamento Administrativo de Agropecuária.
Equipe de planejamento: equipe própria da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

Bruno Samartino Gonçalves
Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA
ANEXO II
DECLARAÇÕES

A PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
Ref.: Pregão eletrônico nº 055/2026

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob n° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na (endereço completo), neste ato representada por (Nome completo, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo), no uso de suas atribuições legais,

DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta e sob as penas da Lei, que atende plenamente aos requisitos de habilitação.

DECLARA sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com órgãos públicos.

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, dos artigos 9º e 14º da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, art. 68, da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARA que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não fomos condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

DECLARA que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DECLARA que minha proposta econômica terá validade de _____ dias nos termos do edital, estando ciente da obrigação de firmar negócio jurídico assim que convocado dentro deste prazo, sob pena das sanções legais.

DECLARA sob as penas do Art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos/serviços licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas. DECLARA que as informações aqui prestadas são verídicas, tendo ciência da responsabilidade pela veracidade das informações, na forma da lei.

Local e data, _____ de _____de 2026.

_____
Nome e assinatura do declarante (Carimbo com CNPJ)

ANEXO III

CARTA DE CREDENCIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026

Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ nº:
Inscrição Estadual nº:
Inscrição Municipal nº:
Endereço:

Nomeamos e credenciamos o (a) Sr (a) _____ , portador (a) do R.G nº xxxxxxxxxx SSP/xx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, a nos representar junto ao Município de Pontes e Lacerda, com a finalidade especifica de participar dos trabalhos de abertura das Propostas e Documentos de Habilitação para o **PREGÃO ELETRÔNICO nº 0xxx/202x**, marcado para o dia **XX de XXXX de 202x às XXXX hs** o qual o mesmo tem amplos poderes para representar a empresa outorgante, formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
Atenciosamente.

Local, _____ de_____de 2026.

_____
Nome e Assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)
(Assinatura com reconhecimento de Firma)
(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NO INÍCIO DA SESSÃO)

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ME e EPP PARA FINS DE GOZO DE BENEFÍCIO

À PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

Ref.: Edital de Pregão Eletrônico nº. 055/2026

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob n° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na (endereço completo), neste ato representada por (Nome completo, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo), no uso de suas atribuições legais,

DECLARA, para fins do disposto no Edital, do **Pregão Eletrônico nº. 0XX/202X,** sob as sanções administrativas cabíveis e das penas da Lei, que essa empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar 123, de 2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3 da Lei Complementar supramencionada.

DECLARA ainda, que não celebrei neste ano-calendário, contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do §2º do art. 4º da Lei nº. 14.133/2021.

Por ser verdade, assino o presente.

Pontes e Lacerda, __ de _____ de 2026.

_____
(Assinatura do representante legal pela empresa)
(Nome/cargo e carimbo com CNPJ)

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA
ANEXO IV
ANEXO IV DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE CAPACIDADE FINANCEIRA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n°....., neste ato representada por ....., inscrita (o) no CPF nº xxxxxx, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO a dispensa de manter documentação contábil conforme normativas para os Microempreendedores Individuais;
CONSIDERANDO o disposto no art. 65 da **RESOLUÇÃO CGSIM Nº 48, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018** e suas alterações: "*Art. 65. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para o MEI objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica*.";
DECLARA, para fins de participação no processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/202X** e sob as penas da Lei, que atendo plenamente aos requisitos de capacidade econômica-financeira para a entrega dos produtos/serviços a serem apresentados na proposta realizada.
DECLARA, sob as penas do Art. 299 do C ódigo Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos/serviços licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas, obedecendo as obrigações assumidas decorrentes da contratação do presente certame. Por ser verdade, firmo o presente.

Local, ..., de ..... de 2026.

_____
Proprietário do MEI (Carimbo CNPJ)

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA
ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO OPTANTE SIMPLES NACIONAL PARA IMPOSTO RENDA – ME e EPP

AO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

Ref.: Edital de Pregão Eletrônico nº 055/2026
Ilmo. Sr. (pessoa jurídica pagadora) (Nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº....., com sede (endereço completo), DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para esse efeito, a declarante informa que:
I - preenche os seguintes requisitos:
a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;
II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data, _____ de _____de 2026.

_____
Nome e assinatura do declarante (Carimbo com CNPJ)

ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO

CONTRANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Marechal Rondon, nº. 522, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.989/0001-26, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, XXX, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. XXX SSP e CPF nº. XXX, residente e domiciliado na XXX nº XXX, Bairro XXX em Pontes e Lacerda – MT, CEP: 78250-000.

CONTRATADO: XXXXX, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ nº. XXX, estabelecida na XXX nº XXX, Bairro XXX, CEP: XXX, neste ato representada por seu sócio administrador, XXX, portador da Cédula de Identidade nº XXX, inscrito no CPF nº XXX.

Em conformidade com o **PREGÃO Nº ___/____,** com fundamento na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 012/2024 e na Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, mediante as seguintes cláusulas e condições que prometem cumprir entre si e seus legítimos sucessores legais:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato o **XXXXXXXXX**, termo de referência, condições e propostas do licitante, que passam a integrar o presente contrato, como se nele estivessem transcritos.
1.1.1. O objeto acima mencionado descrimina-se em:

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO CRÉDITO

2.1. O valor global deste instrumento é de **XXXXX.**
2.1.1. O pagamento será realizado mediante ateste de entrega.
2.1.2. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

XXXXXXX

2.3. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, em moeda nacional, em conformidade com a Resolução de Consulta do TCE n. 020/2014, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal da CONTRATANTE.
2.4. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.
2.5. Caso constatada alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas à CONTRATADA para as necessárias correções com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;
2.6. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;
2.7. A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring*;
2.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;
2.9. O pagamento será efetuado a CONTRATADA até o 30° (trigésimo) dia da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo seu recebimento.
2.9. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:
2.10.1. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor.
2.10.2. Prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor;
2.10.3. Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária.
2.10.4. Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;
2.10.5. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1. Os prazos de execução e vigência deste instrumento são de **XXXX**, contemplando-se, nesta ocasião, o período de **XXXX** a **XXXX.**
3.2. O prazo de execução e de vigência deste contrato poderá ser modificado nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações acessórias.
3.3. Quando, por parte da **CONTRATANTE**, ocorrer motivos relevantes que impeçam temporariamente a execução deste CONTRATO, o seu prazo de execução será interrompido com as partes firmando documentos neste sentido.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES
4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas estabelecidas em Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
4.2. Consiste em obrigação do CONTRATANTE:
4.2.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;
4.2.2. Reter na fonte 5% (cinco por cento), a título de ISSQN, sob pena de responsabilidade de improbidade e funcional do responsável pelas finanças públicas municipais, e repassar o valor retido a Secretaria Municipal da Receita, na forma da lei, se houver;
4.2.3. Reter na fonte os demais tributos eventualmente incidentes sobre os serviços e repassar a quem de direito, na forma e prazos legais, sob pena de responsabilidade, se houver;
4.2.4. Permitir o livre acesso da CONTRATADA aos locais onde serão realizados os serviços;
4.2.5. Fiscalizar a execução dos serviços por um representante, a quem compete também anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente o que ultrapassar a sua competência, em tempoo hábil, para adoção das medidas convenientes.
4.2.5.1. O Contratante designará profissional com conhecimento técnico para acompanhar a execução do objeto deste Contrato e um fiscal de gestão contratual.
4.3. Consiste nas obrigações do CONTRATADO:
4.3.1. Cumprir fielmente o presente contrato, de modo que, no prazo estabelecido, o serviço seja prestado inteiramente em perfeitas condições de uso e/ou funcionamento para o Contratante, conforme estabelecido no Termo de Referência, devendo entregar os equipamentos em até 30 (trinta) dias corridos a partir de o recebimento da Nota de Autorização de Despesa – NAD.
4.3.2. Observar, na execução dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública;
4.3.3. Fornecer equipamentos, instalações, ferramentas, materiais e mão de obra necessários e compatíveis com os serviços;
4.3.4. Executar ensaios, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados, bem como acompanhamento tecnológico no serviço, quando exigidos pela fiscalização;
4.3.5. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;
4.3.6. Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou com identificação mediante crachás;
4.3.7. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus funcionários, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;

5. CLÁUSULA QUINTA – DA SUPERVISÃO DO CONTRATO
5.1. A supervisão e fiscalização dos serviços estará a cargo de um servidor designado pelo CONTRATANTE, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos serviços.

5.1.1. A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor da Secretaria Municipal de XXX, XXXXX, designado através da Portaria nº. XXXX, enquanto o gestoro do contrato será a Secretário Municipal de XXXX, XXXX.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS
6.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
6.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:
6.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
6.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
6.2.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
6.2.4. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
6.2.5. A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
6.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
6.2.7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
6.2.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do pelo fiscal do Contrato;

6.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
6.2.10. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
6.2.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
6.2.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
6.2.13. A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido da Lei Federal n. 14.133/2021.
6.2.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
6.2.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
6.2.16. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
6.2.17. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
6.2.18. A contratação, por parte do CONTRATADO, de menores de dezoito para realizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos;
6.3. A rescisão do contrato poderá ser:
6.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
6.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
6.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
7.1.1. Advertência;
7.1.2. Multa equivalente a 1% (um por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato;
7.1.3. Suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
7.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
7.2. As sanções previstas nos itens 7.1.1, 7.1.3 e 7.14 poderão ser aplicadas juntamente com a do item 7.1.2, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
7.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.
7.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a **CONTRATADA** não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido das garantias depositadas pela mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PERINENTES À LGPD
8.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitida sem Lei.
8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
8.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
8.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
8.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
8.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
8.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
8.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
8.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

9. CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O Foro para solução de qualquer conflito decorrente do presente Contrato é o da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado do Mato Grosso, ficando excluído outro por mais privilegiado que seja.
9.2. O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento, no prazo estabelecido pela legislação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
9.3. Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
9.4. E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Pontes e Lacerda - MT, XXX de XXX de 2026.

XXXXXXXX

Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda
Contratante

XXXXXXXX
Contratada

XXXXXXXXXXX
Assessor Jurídico

Testemunhas
Nome:
RG:
Nome:
RG:

ANEXO VIII
CADASTRO DEP. LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº ___/____
Preencher todos os campos

Dados da Empresa
CNPJ: .....
Inscrição Estadual: .....
Inscrição Municipal: .....
Razão Social: .....
Nome Fantasia: .....
Endereço: .....
Bairro: .....
Cidade: .....CEP:.....Estado:.....

Contatos da Empresa:
Telefone Comercial: ( )..... Telefone Celular: ( )....
E-mail:.....

Dados Bancários da Empresa
Nome do Banco.....
Agência: ..... N° Conta Corrente.....

Empresa é optante pelo Simples Nacional.
( ) - Sim.
( ) - Não.

Tipo de Empresa:
( ) Individual;
( ) LTDA;
( ) LTDA-ME;
( ) LTDA-EPP;
( ) Sociedade Anônima;
( ) Cooperativas;
( ) Microempresa Individual (MEI);
( ) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI.

Data de Registro
Registro na Junta Comercial ____/ _____/ _____

Dados da Pessoa Responsável (Administrador).
Nome:.....
CPF:.....
RG:.....Órgão Expedidor: .....Estado.....

Endereço Pessoal da Pessoa Responsável (Administrador).
Rua/ Avenida: .....
Bairro:.....
Cidade:.....
Estado:.....
Telefone:.....
E-mail:.....

DADOS PARA O CADASTRAMENTO DOS SÓCIOS (INFORMAR TODOS OS SÓCIOS)
Nome:.....
CPF:.....
RG:.....Órgão Expedidor: .....Estado.....

Endereço do Sócio.
Rua/ Avenida: .....
Bairro:.....
Cidade:.....
Estado:.....
Telefone:.....
E-mail:.....

_____
Assinatura do representante legal
Carimbo de CNPJ da empresa